Estratégia Concursos

Aula 00

TJ-SP (Escrevente Judiciário)

Atualidades - 2021 (Pós-Edital)

Autor:

Leandro Signori

30 de Julho de 2021

Sumário

Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais internacionais - I 5

1 – Blocos econômicos 5

1.1 União Europeia 6

1.2 MERCOSUL 11

1.3 USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá) 14

1.4 Parceria Econômica Regional Abrangente 15

2 – Islamismo, Mundo Árabe e Oriente Médio 16

3 – A Primavera Árabe 17

4 – O fundamentalismo Islâmico 18

5 – O terrorismo 21

6 – A questão Israel-Palestina 23

7 - Golpe Militar em Mianmar 28

Questões Comentadas 31

Lista de Questões 37

Gabarito 40

Resumo 41

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Caros alunos,

É com imenso prazer que nos encontramos no **ESTRATÉGIA CONCURSOS** para esta jornada em busca de um excelente resultado na disciplina de **ATUALIDADES** no concurso do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO (TJ-SP)**.

Sou o **Professor Leandro Signor**i, ingressei no serviço público com 21 anos e já trabalhei nas três esferas da administração pública – municipal, estadual e federal - o que tem sido de grande valia para a minha formação profissional – servidor e docente. Nas Prefeituras de Porto Alegre e São Leopoldo, desenvolvi minhas atividades nas respectivas secretarias municipais de meio ambiente; na administração estadual, fui servidor da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), estatal do governo do Rio Grande do Sul.

Durante muitos anos, fui também servidor público federal, atuando como geógrafo no Ministério da Integração Nacional, onde trabalhei com planejamento e desenvolvimento territorial e regional.

Graduei-me em **Geografia – Licenciatura** - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e – **Bacharel** - pelo UNICEUB em Brasília. A oportunidade de exercer a docência e poder alcançar o conhecimento necessário para a aprovação dos meus alunos me inspira diariamente e me traz grande satisfação. Como professor em cursos preparatórios *on line* e presencial, ministro as disciplinas de Atualidades, Conhecimentos Gerais, Realidade Brasileira e do Distrito Federal, Geografia e Conhecimentos Específicos.

Feita a minha apresentação, agora vamos falar do curso. Conforme o edital serão cobrados os seguintes conteúdos:

ATUALIDADES: Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais, nacionais e internacionais, ocorridos a partir do 1° semestre de 2021, divulgados na mídia local e/ou nacional.

Vejam que é um conteúdo datado. Serão cobrados conhecimentos sobre fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2021 até o momento em que o examinador elaborar a prova, o que deve ocorrer em torno de trinta dias antes da sua aplicação, que será em 31/10/2021.

Desta forma, nas aulas 00, 01, 02 e 03, iremos abordar uma seleção de temas e fatos políticos, econômicos, sociais e culturais internacionais e nacionais deste período, com uma explicação completa. Ou seja, quando necessário, faremos uma contextualização maior e vinculação histórica para que você possa compreender por que determinado fato ou sequência de fatos estão ocorrendo no presente.

Nas aulas 04, 05 e 06 teremos vídeos com uma seleção dos principais fatos ocorridos no Brasil e no mundo a partir de julho de janeiro de 2021. A aula 07 é de questões simuladas, de minha própria autoria, com base em fatos selecionados das retrospectivas mensais de Atualidades.

Vejamos, agora, o cronograma do nosso curso:

Aula	Conteúdo Programático
00	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais internacionais - I
01	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais internacionais - II
02	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais nacionais - I
03	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais nacionais - II
Aula 04	Retrospectivas Mensais de Atualidades - Janeiro a Março de 2021
Aula 05	Retrospectivas Mensais de Atualidades - Abril a Junho de 2021
Aula 06	Retrospectivas Mensais de Atualidades - Julho a Setembro de 2021
Aula 07	Simulados de Atualidades

A distribuição das aulas, neste formato, visa otimizar a amplitude dos conteúdos e sua interconexão em grandes temas.

Como disse, além de estudar a teoria, é fundamental que você resolva muitas questões. Assim, até o final deste curso, teremos mais de 300 questões comentadas de diversas bancas, no estilo certo/errado e múltipla escolha.

Utilizamos questões de diversas bancas, não somente da banca do seu concurso, por que, como o nome diz, a nossa disciplina é Atualidades, na qual a maioria das questões se desatualizam rapidamente. Poucos meses, às vezes dias, após o concurso, a questão já está desatualizada.

Também utilizamos questões de anos anteriores, para termos uma maior quantidade de questões. Sim, pois temos muitas questões de anos anteriores que não se desatualizaram. São questões que cobraram aspectos contextuais e/ou conceituais, que permanecem atuais nos dias de hoje.

Se colocarmos no curso somente questões do ano atual e do ano anterior e do estilo da banca do seu concurso, vamos ter poucas questões, assim, muitos alunos vão reclamar da pouca quantidade de questões.

Desta forma, com questões de diversas bancas, dos dois estilos, de anos recentes e de anos anteriores (mas atualizadas) conseguimos ter um bom número de questões para vocês praticarem.

No entanto, se algum aluno não concordar, está livre para resolver somente questões do ano atual e anterior, somente da banca do seu concurso e no estilo da banca do seu concurso. É uma escolha de cada aluno. É só escolher as que quer resolver e as que não quer resolver.

De minha parte, recomendo que resolvam todas, pois foram criteriosamente selecionadas e são úteis para o estudo de vocês. Se não fossem, não estariam no nosso curso.

Na parte teórica seremos objetivos, todavia, sem deixar de fora nenhum conteúdo e sem nos esquecermos dos detalhes cobrados pelas bancas. Vamos ver as pegadinhas e as cascas de banana que são colocadas para escorregarmos na questão. Também vou usar figuras, tabelas, gráficos e mapas de forma a sintetizar e esquematizar o conteúdo.

Sem mais delongas, vamos aos estudos, porque o nosso objetivo é que você tenha um excelente desempenho em Atualidades.

Para isso, além de estudar, você não pode ficar com nenhuma dúvida. Portanto, não as deixe para depois. Surgindo a dúvida, não hesite em contatar-me no nosso Fórum.

Estou aqui neste curso, muito motivado, caminhando junto com você, procurando passar o melhor conhecimento para a sua aprendizagem e sempre à disposição no Fórum de Dúvidas.

Quem quiser também pode me seguir nas minhas redes sociais: **Instagram**: **profleandrosignori**, **Telegram**: **https://t.me/profleandrosignori** e **YouTube**: **Leandro Signori**. Nelas, divulgo gabaritos extraoficiais de provas, publico artigos, compartilho notícias e informações importantes do mundo atual.

Ótimos estudos e fiquem com Deus!

Forte Abraço,

Professor Leandro Signori

“Tudo posso naquele que me fortalece.”

(Filipenses 4:13)

QUESTÕES RELACIONADAS A FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS INTERNACIONAIS - I

Nesta primeira aula vamos estudar um tema de economia internacional que são os blocos econômicos. Na sequência vamos fazer uma breve abordagem sobre o Islamismo, o mundo árabe, o Oriente Médio e o terrorismo. É uma contextualização importante que vai lhe auxiliar a compreender fatos diversos relacionados a esses temas. Na sequência, vamos estudar a questão Israel-Palestina e os conflitos que ocorreram em maio de 2021. Por fim, vamos falar do golpe militar ocorrido em Mianmar, em fevereiro de 2021.

1 – Blocos econômicos

A formação de blocos econômicos é uma das principais características da globalização, onde os países membros buscam integrarem-se economicamente, por meio do livre-comércio, de fortalecerem suas economias e de estarem melhor preparados para competir no mercado mundial.

O comércio mundial cresceu muito com a globalização, sendo os blocos econômicos atores importantes nesse crescimento. Antes, qualquer produto importado chegava ao consumidor com um valor significativamente mais alto, em função das taxações impostas pelos países ao passar pelas suas alfândegas. Os acordos entre os países reduziram e, em alguns casos, acabaram com essas barreiras comerciais, processo conhecido como liberalização comercial.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou em reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.

- **União aduaneira** – É uma área de livre comércio, na qual, além de abrir o mercado interno, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.

- **Mercado comum** – É uma união aduaneira na qual, além de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores também podem circular livremente.

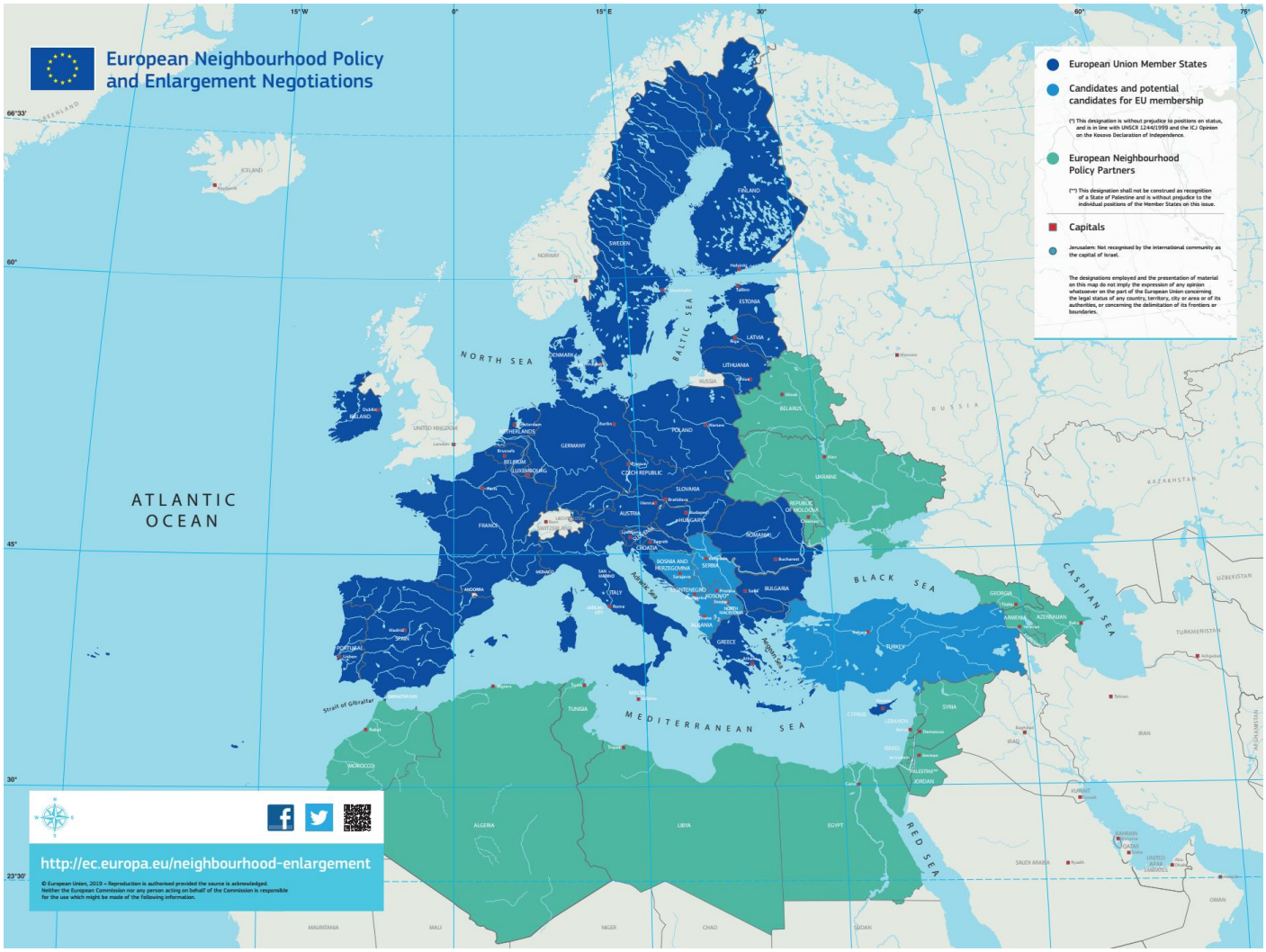
- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além do livre-comércio, da tarifa externa comum e da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores, os países-membros adotam uma moeda comum e a mesma política de desenvolvimento.

Vejamos os principais blocos econômicos regionais, ou melhor, aqueles que caem nas provas.

1.1 União Europeia

A União Europeia (UE) representa o estágio mais avançado do processo de formação de blocos econômicos no contexto da globalização. Constitui-se em uma união econômica e monetária, com 27 países membros (Estados-partes): Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia.

No mapa a seguir, podem ser visualizados os países que fazem parte do bloco econômico, estão em azul (European Union Member States):



As origens da União Europeia remontam à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951, por Alemanha Ocidental (na época, a atual Alemanha estava dividida em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental), França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1957, esses países criaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Nos anos que se seguiram, o território da UE foi aumentando de dimensão por meio da adesão de novos Estados-membros, ao mesmo tempo que aumentava a sua esfera de influência por meio da inclusão de novas competências políticas. O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, que entrou em vigor em 1993, instituiu a denominação atual de União Europeia.

O **Euro**, moeda única do bloco, não é adotada por todos os países. Adotam o Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal e República da Irlanda.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas**. Os cidadãos do bloco econômico têm o direito de residir noutro país para procurar emprego e trabalhar sem necessitar de uma autorização de trabalho; permanecer noutro país da UE mesmo após ter deixado trabalhar e de usufruir do mesmo tratamento que os nacionais do país em questão no que se refere ao acesso ao emprego, condições de trabalho e todos os outros benefícios sociais e fiscais. Os controles de passaporte foram abolidos no âmbito da UE. Um cidadão europeu pode entrar e sair livremente de um país do bloco, ali residir e trabalhar.

Contudo, há algumas restrições a esses direitos e em casos excepcionais podem ser retomados o controle das fronteiras pelos países.

Há também o **Espaço Schengen**, formado por 26 países, onde também vigora a **livre circulação de pessoas**. A diferença é que fazem parte dessa zona quatro países que não são membros da União Europeia e cinco países membros do bloco econômico não participam dela. No Espaço Schengen foram abolidos os controles de passaporte. Os cidadãos de Schengen podem viajar livremente sem ter que se submeter a controles nas fronteiras.

O fim dos controles das fronteiras internas da União Europeia e de Schengen foi acompanhado por um reforço das fronteiras externas: os Estados-membros que se localizam na linha de frente têm a responsabilidade de realizar rigorosos controles em suas fronteiras e fornecer, dependendo do caso, vistos de curta permanência.

Países que integram o Espaço Schengen

Estados-membros da União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca e Suécia.

Estados não membros da União Europeia: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

Estados da União Europeia que não integram o Espaço Schengen: Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda.

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande afluxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, com resistências a várias das políticas comuns do bloco. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

O Brexit

O **Reino Unido** é um país formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte.

Em junho de 2016, por meio de um **plebiscito**, os britânicos decidiram **sair** da União Europeia, no que foi denominado de **"Brexit"**. O acrônimo é uma abreviação das palavras "British" (britânico, em inglês) e "exit" (saída, em inglês). Na votação, 52% dos eleitores votaram por sair, 48% por permanecer. A vitória do sair levou à renúncia do então primeiro-ministro David Cameron. **Thereza May** assumiu como primeira-ministra.

O artigo 50 do Tratado de Lisboa, um dos tratados constitutivos da União Europeia, regulamenta o processo de saída de um país do bloco econômico. O país que quer sair do bloco tem que notificá-lo formalmente. A partir daí, iniciam-se negociações sobre os termos da saída, que podem durar até dois anos.

O Reino Unido fez a notificação em 29 de março de 2017. A saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, mas isso não ocorreu. Os termos do acordo de saída negociado por Thereza May com o bloco europeu teriam que ser aprovados pelo parlamento britânico, que rejeitou a proposta por três vezes consecutivas. Devido a isso, Thereza May renunciou ao cargo de primeira-ministra.

No seu lugar, assumiu em julho de 2019, **Boris Johnson**, ex-ministro de Relações Exteriores e ex-prefeito de Londres. Ele prometeu que o Reino Unido sairia do bloco europeu até o final de outubro de 2019, com acordo ou sem acordo, o que também não ocorreu. Boris Johnson negociou com a União Europeia um ajuste no acordo de saída, que foi rejeitado pelo parlamento britânico. Além de não ter aprovado, a Câmara dos Comuns determinou ao primeiro-ministro que solicitasse um novo adiamento da saída do Reino Unido do bloco europeu, até **31 de janeiro de 2020**.

Porém, Johnson conseguiu aprovar o adiantamento das eleições gerais do Parlamento britânico, realizadas em dezembro de 2019, vencidas pelo **Partido Conservador**, do primeiro-ministro, que conquistou a maioria dos assentos. Após a vitória eleitoral, o acordo do Brexit foi finalmente aprovado pelo parlamento britânico e **o Reino Unido saiu da União Europeia, COM ACORDO, em 31 de janeiro de 2020**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

Principais pontos do acordo do Brexit:

- Fatura de saída do Reino Unido: ficou acordado que o Reino Unido terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu. O valor destes compromissos foi calculado em 30 bilhões de libras esterlinas (R$ 172 bilhões) que o Reino Unido terá de pagar como uma compensação financeira à União Europeia.

- Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia: cidadãos europeus que já estavam no Reino Unido antes do Brexit poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus).

Fora da União Europeia não há mais a livre circulação de pessoas entre o Reino Unido e os países do bloco. Assim, cidadãos europeus que quiserem residir e trabalhar no país têm que seguir as novas regras imigratórias britânicas. O mesmo vale para cidadãos britânicos que quiserem residir e trabalhar na União Europeia, terão que seguir as regras imigratórias do bloco europeu.

- Fronteira entre a Irlanda e a britânica Irlanda do Norte: ao longo do século XX, a organização terrorista Exército Republicano Irlandês (IRA) lutou pela independência da Irlanda do Norte do Reino Unido e a sua reanexação a República da Irlanda. Em 1998, foi assinado o **Acordo de Belfast**, também conhecido como Acordo da Sexta-Feira Santa, que pôs fim as hostilidades entre o IRA e o Reino Unido.

O acordo acabou com o controle da fronteira, permitindo a livre circulação de pessoas, do comércio, de serviços e de capitais entre os dois países, visando uma maior integração entre os irlandeses da ilha da Irlanda. A saída do Reino Unido da União Europeia implicaria na retomada do controle de fronteiras entre ambos, pois a República da Irlanda é um país membro da União Europeia. Havia um temor de que este controle de fronteira na ilha da Irlanda pudesse reavivar o movimento separatista na Irlanda do Norte.

Contudo, na negociação, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte. A livre circulação de pessoas, mercadorias e serviços continuará em vigor entre os dois países. Exemplo: uma mercadoria poderá sair da Irlanda e entrar livremente na Irlanda do Norte. Mas se essa mesma mercadoria sair da Irlanda do Norte em direção à Inglaterra, Escócia ou País de Gales terá que passar pelo controle alfandegário britânico. O mesmo vale para um cidadão irlandês ou da União Europeia. Na ilha da Irlanda ele poderá circular livremente, mas se sair da Irlanda do Norte em direção aos demais países do Reino Unido vai passar pelo controle de migração e pelas regras migratórias britânicas.

- Período de transição: em que o Reino Unido já estava fora da União Europeia, mas que continuava seguindo as regras comerciais do bloco. Nesse período, que terminou em **31 de dezembro de 2020**, as duas partes negociaram um acordo comercial, que **entrou em vigência em 01 de janeiro de 2021**.

Pelo acordo, **o país não fará mais parte do mercado único e nem da zona de livre circulação do bloco.** Parte expressiva do comércio entre ambos continuará livre de tarifas e cotas de exportação. Outra parte estará sujeita ao controle alfandegário, com tarifas aduaneiras e fiscais. A livre circulação de pessoas também deixou de existir. Valem as regras europeias para migrantes estrangeiros e as regras britânicas para migrantes estrangeiros.

Os direitos de pesca em mares britânicos foi um dos principais pontos de conflito entre os dois lados. Boris Johnson teve de ceder e autorizar que pescadores europeus continuem a ter acesso às águas britânicas durante um período transitório, que durará até junho de 2026, podendo pescar 75% do que pescam atualmente.

Para que o acordo fosse firmado, o Reino Unido precisou garantir que não vai alterar suas regras ambientais ou trabalhistas e nem subsidiar suas empresas, o que daria a eles uma vantagem que as concorrentes do continente não teriam. Nesse sentido, os apoios e subsídios estatais às empresas devem ser adequados e não permitir situações de vantagem no mercado.

1.2 MERCOSUL

Fundado em 1991, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina, surgida no contexto da redemocratização e reaproximação entre os países da região ao final da década de 1980. Os seus Estados-Partes (membros efetivos ou plenos) fundadores são a **Argentina**, o **Brasil**, o **Paraguai** e o **Uruguai**. A **Venezuela** (Estado-Parte) ingressou no bloco em 2012. O Paraguai foi suspenso do bloco em junho de 2012, mas retornou ao bloco em fevereiro de 2014.

Em dezembro de 2016, a **Venezuela foi suspensa do MERCOSUL**. Quando do seu ingresso no bloco, em 2012, foi concedido ao país um prazo de quatro anos para que adequasse a legislação e as normas internas aos acordos e tratados do bloco econômico. Findado o prazo, o país não cumpriu com a adequação de todas as normas e legislações necessárias à sua adesão como membro pleno do bloco. Dessa forma, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL pelos demais países-membros.

Nova suspensão foi aplicada ao país, em agosto de 2017, com base na **cláusula democrática**, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma **ruptura na ordem democrática do país** e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

As suspensões são políticas afetando o direito do país de votar, de ser votado e de exercer a presidência rotativa do bloco. Não afetam as trocas comerciais entre a Venezuela e os demais países do bloco. Os acordos comerciais continuam em vigor.

Para retornar como membro pleno do MERCOSUL, a Venezuela terá que solucionar internamente os fatores que deram causa às duas suspensões. Contudo, não confunda, o país não foi excluído do bloco, suspensão é diferente de exclusão.

Estados-Partes são os que participam dos acordos e tratados do Mercosul e possuem uma maior integração comercial. Possuem direito de voto, são os países que têm poder de decisão sobre os assuntos do bloco econômico.

O MERCOSUL conta, ainda, com **Estados Associados** (membros associados) e **Estados Observadores** (membros observadores). Os Estados Associados são a **Bolívia**, o **Chile**, o **Equador**, o **Peru**, a **Colômbia**, a **Guiana** e **Suriname**. Assim, podemos notar que o MERCOSUL abrange todos os países da América do Sul. México e Nova Zelândia também são Estados Observadores.

A **Bolívia** é um Estado Associado em processo de adesão ao bloco como Estado Parte. O Protocolo de Adesão de Bolívia ao MERCOSUL já foi assinado pela totalidade dos Estados Parte em 2015 e agora se encontra em vias de incorporação pelos congressos dos Estados-Parte.

Os membros associados fazem parte da área de livre comércio, mas não adotam a Tarifa Externa Comum (TEC). Portanto, não participam integralmente do bloco, aderem, apenas, a alguns acordos comerciais e não

possuem poder de voto nas decisões do Mercosul. Podem participar na qualidade de convidado nas reuniões de organismos do bloco e podem assinar acordos sobre matérias comuns.

Um membro observador é aquele que apenas participa das reuniões do bloco, no sentido de melhor acompanhar o andamento das discussões, mas sem poder de participação ou voto.

Acordo de Livre Comércio com a União Europeia

Uma das críticas ao MERCOSUL são os poucos acordos de livre-comércio com outros países ou blocos econômicos. Desde o seu surgimento, o bloco econômico tinha conseguido negociar acordos comerciais somente com o Egito, Israel e Palestina, de pouca representação no comércio mundial.

Contudo, em 28 junho de 2019, em Bruxelas, MERCOSUL e União Europeia assinaram um acordo de livre comércio, após 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos.

As conversas começaram em 1999, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foram interrompidas em 2004, relançadas em 2010 e se aprofundaram durante o governo de Michel Temer (2016-2019) até serem concluídas, conforme já dissemos, em junho de 2019.

O acordo MERCOSUL-União Europeia será uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Porém, vai levar algum tempo para entrar em vigor.

O acordo terá que ser internalizado no ordenamento jurídico da União Europeia e do MERCOSUL. Isso implica ser aprovado no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais de todos os países dos dois blocos econômicos e ser ratificado pelos poderes executivos. Após as aprovações e ratificações, a redução de tarifas entre os blocos entra em vigor, mas de forma gradativa, ao longo de dez anos.

Aspectos econômicos

O acordo de livre-comércio envolve os 27 países da União Europeia e quatro países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Os dois blocos juntos reúnem cerca de 780 milhões de pessoas e 25% do PIB mundial.

A expectativa é de que haverá um incremento do PIB brasileiro de R$ 87,5 bilhões em 15 anos, podendo chegar a R$ 125 bilhões se consideradas a redução das barreiras não tarifárias.

O acordo também pode proporcionar uma retomada de fôlego nas relações comerciais entre Brasil e União Europeia. Ao longo dos últimos anos, os europeus têm perdido espaço nas exportações brasileiras. Hoje, a UE representa menos de 20% dos destinos dos produtos brasileiros. Nos anos 1990, representou quase um terço.

O bloco europeu é o segundo maior parceiro comercial do Mercosul, atrás da China. A corrente de comércio entre os dois blocos foi de mais de US$ 90 bilhões em 2018. O Mercosul vende, principalmente, produtos agropecuários para a UE. Já os europeus exportam principalmente produtos industriais, como autopeças, veículos e farmacêuticos.

Principais pontos

Conforme o que já foi divulgado, os principais pontos do acordo são os seguintes:

Temas tarifários

- Produtos agrícolas brasileiros, como suco de laranja, frutas, café solúvel, peixes, crustáceos e óleos vegetais terão tarifas eliminadas;
- Exportadores brasileiros também terão acesso preferencial para carnes bovina, suína e de aves, açúcar, etanol, arroz, ovos e mel;
- Produtos industriais do Brasil serão beneficiados com a eliminação de 100% nas tarifas de exportação;
- Produtos europeus terão tarifas de exportação eliminadas para diversos setores. Na lista estão veículos e partes, maquinários, produtos químicos e farmacêuticos, vestuário e calçados e tecidos;
- Chocolates e doces, vinhos e outra bebidas alcoólicas e refrigerantes provenientes da União Europeia terão tarifas reduzidas;
- Haverá cotas para importação sem tarifas de produtos lácteos, como queijos, da UE.

Temas não tarifários

- Acordo vai ampliar o grau de liberalização do comércio de serviços. Nesse grupo estão incluídos, os setores de telecomunicações, serviços financeiros, entre outros;
- Nas compras governamentais, haverá maior concorrência em licitações públicas;
- Haverá redução no custo dos trâmites de importação, exportação e trânsito de bens;
- Os blocos vão se comprometer a desburocratizarem e reduzirem os custos no comércio entre as duas regiões;
- Mercosul e UE se comprometem a reduzir entraves de medidas sanitárias e fitossanitárias;
- Blocos se comprometem a reconhecerem a propriedade intelectual de diversos produtos.

Comércio e desenvolvimento sustentável

Os dois blocos reiteraram os seus compromissos com os acordos multilaterais ambientais e com o respeito aos direitos trabalhistas e proteção dos direitos das populações indígenas.

O comunicado conjunto aponta que o acordo garante os melhores padrões de segurança alimentar e de proteção ao consumidor, e que contém compromissos específicos em relação a direitos trabalhistas e proteção ambiental – incluindo a implantação do **Acordo do Clima de Paris**.

Acordo de livre comércio com a EFTA

Em agosto de 2019, o Mercosul anunciou que fechou um novo acordo comercial com países do hemisfério norte, desta vez com a EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio, formada por Noruega, Suíça, Liechtenstein e Islândia.

A região da EFTA tem o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do mundo e tem um PIB conjunto de US$ 1,1 trilhão, duas vezes o PIB da Argentina, que é um dos principais parceiros do Brasil.

Ainda não há data para o tratado começar a vigorar. Antes disso, ele precisa ser ratificado pelos oito países envolvidos.

1.3 USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)

O **USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)** ou **T-MEC (Tratado México- Estados Unidos-Canadá)** ou CUSMA (Acordo Comercial Canadá-Estados Unidos-México) entrou em vigência em 01/07/2020 em substituição ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), acordo comercial assinado em 1992 e que estava em vigência desde 01/01/1994.

Na sua campanha eleitoral, o então candidato a presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, prometeu rever os termos do NAFTA. O presidente norte-americano considerava que o tratado continha termos que prejudicavam a economia dos Estados Unidos, e, por consequência, favoreciam as economias do Canadá e do México.

Como presidente, Donald Trump impôs o maior poder econômico dos Estados Unidos, levando a negociação de um novo acordo comercial com o México e o Canadá, resultado alcançado em agosto e outubro 2018.

Além da mudança de nome, podemos destacar alguns pontos em que foram feitas alterações:

Comércio Digital: não cobrança de impostos aduaneiros sobre produtos de origem digital, como ebooks, jogos e músicas e proteção das companhias de internet para que não sejam responsáveis por conteúdos que são produzidos por seus usuários. Essa cláusula beneficia os Estados Unidos, com empresas que estão entre as maiores do mundo em produtos de origem digital que serão comercializados no Canadá e México, sem tarifas aduaneiras.

Propriedade Intelectual: aumento da proteção à propriedade intelectual abrangendo especialmente o segmento farmacêutico, inovações na agricultura, escritores e compositores. **Extensão dos direitos autorais de 50 para 70 anos** após a morte do autor, favorecendo, os norte-americanos, considerando que a maioria da produção intelectual concentra-se no país em relação aos demais.

Medicamentos: aumento de oito para dez anos da proteção de patentes de novos medicamentos, antes que seja permitido a quebra de patente e fabricação de genéricos nos demais países, o que beneficia a grande indústria farmacêutica estado-unidense.

Setor automotivo: a ideia do acordo é garantir com que as empresas automobilísticas permaneçam na região, evitando com que busquem mercados com mão de obra mais barata, como, por exemplo, os asiáticos. Dessa forma, para que os produtos finais não possuam tarifas, é necessário que ao menos 75% das peças dos automóveis sejam produzidas em Estados Unidos, México e Canadá. Além disso, o acordo coloca que 40 a 45% das peças devem ser produzidas por trabalhadores que recebam, ao menos US$16 por hora até 2023.

Laticínios: o acordo prevê a abertura do mercado canadense de laticínios, antes protegido pelo governo canadense. Com isso, aumentam-se as possibilidades de exportação de laticínios estadunidenses ao Canadá.

"Sunset clause": O NAFTA não tinha cláusula de validade. Já o novo acordo **ficará em vigor por 16 anos**, a partir do início da sua vigência, sendo revisado a cada 6 anos e passível de prorrogação.

1.4 Parceria Econômica Regional Abrangente

Em novembro de 2020, quinze países da Ásia e da Oceania assinaram um acordo para formar a **maior associação comercial do mundo**. Trata-se da **Parceria Econômica Regional Abrangente** (*Regional Comprehensive Economic Partnership,* ou RCEP, sigla em inglês), que reúne cerca de um terço da população mundial e aproximadamente 30% do PIB global.

Assinaram o acordo **China**, **Japão**, **Coreia do Sul**, **Austrália** e **Nova Zelândia**, juntamente com os dez países que compõem a **Associação de Nações do Sudeste Asiático** (Asean): Indonésia, Tailândia, Singapura, Malásia, Filipinas, Vietnã, Myanmar, Camboja, Laos e Brunei.

A **Índia** fez parte das negociações, mas desistiu por temer que a redução das tarifas prejudicasse seus produtores.

A aliança elimina tarifas sobre grande parte dos bens trocados entre os membros pelos próximos 20 anos. Como boa parte dos participantes são países industrializados e tecnologicamente avançados, juntamente a outros que apresentam uma mão de obra ainda de baixo custo, pode-se esperar um fluxo comercial muito intenso.

O acordo também inclui proteções sobre propriedade intelectual e capítulos sobre investimentos e comércio de bens e serviços. Além disso, estipula mecanismos para a resolução de disputas entre os países.

A ideia do RCEP nasceu em 2012, concebida como uma forma de a China se opor à influência que os Estados Unidos vinham exercendo na região durante o governo de Barack Obama.

Os EUA lideraram a formação da **Parceria Transpacífica** (TPP, na sigla em inglês), da qual faziam parte 12 países da bacia do Pacífico na Ásia e na América. Além dos norte-americanos, estavam no TPP o México, o Chile, o Peru, a Austrália, o Japão, a Nova Zelândia, entre outros países, mas não a China.

Para os Estados Unidos e o Japão, o Tratado representaria uma oportunidade de ficarem à frente da China e de criarem uma zona econômica na bacia do Pacífico capaz de contrabalançar o peso econômico dos chineses na região.

Contudo, ao assumir a presidência, Donald Trump retirou os Estados Unidos do TPP, o que inviabilizou a continuidade do bloco. O argumento de Trump, para a saída dos EUA foi o de que o acordo continha termos que eram prejudiciais à economia norte-americana e aos trabalhadores do país.

Enquanto o TPP se concentrava na redução de barreiras não tarifárias (proteção do meio ambiente, padrões para investimento estrangeiro), a RCEP dá ênfase principalmente às tarifas, sem a preocupação com proteções dos direitos trabalhistas, oferecidas pelo tratado promovido originalmente pelos EUA.

A assinatura do RCEP representa uma grande vitória para a China, que consolidará sua influência na Ásia, em detrimento dos Estados Unidos.

2 – Islamismo, Mundo Árabe e Oriente Médio

Ao lado do Cristianismo e do Judaísmo, o Islamismo é uma das três grandes religiões monoteístas, ou seja, que acreditam na existência de um único Deus. A palavra Islã significa "submeter-se" e exprime a obediência à lei e à vontade de Alá (Allah, Deus em árabe). O livro sagrado do Islamismo é o Alcorão, que consiste na coletânea das revelações divinas recebidas por Maomé de 610 a 632. Os seguidores da religião são conhecidos como muçulmanos. Atualmente, o Islã é a religião que mais se expande no mundo, está presente em mais de 80 países e compreende mais de um bilhão de fiéis.

Após a morte do profeta Maomé, em 632, criou-se a figura do califa, ou seja, o líder da comunidade muçulmana no mundo e chefe do Estado muçulmano. A divisão do Islã entre sunitas e xiitas remonta ao século VII e tem origem na disputa sobre a sucessão do Profeta. Os sunitas defendiam que o chefe do Estado muçulmano deveria reunir virtudes como honra, respeito pelas leis e capacidade de trabalho. Qualquer fiel poderia ser o líder, desde que fosse aceito pela comunidade muçulmana. Os xiitas defendiam que a chefia do Estado muçulmano só poderia ser ocupada por alguém que fosse descendente da linhagem familiar do profeta Maomé ou que possuísse algum vínculo de parentesco com ele. Nos séculos seguintes, essa divisão passou a incluir também agravos e diferenças teológicas.

Os sunitas são a grande maioria, mais de 80%, dos muçulmanos no mundo. Os xiitas são maioria apenas no Irã, no Iraque e no Azerbaijão; nos dois primeiros, os presidentes são dessa ramificação. Os alauítas são uma variação moderada dos xiitas, presentes sobretudo na Síria, tendo o presidente Bashar al-Assad como um dos seus seguidores.

O grupo guerrilheiro Hezbollah é de orientação xiita. O Hamas e a Al-Qaeda, por sua vez, são sunitas. O Estado Islâmico (EI) também é sunita e luta pelo retorno do califado islâmico. O último califado foi o Império Otomano, abolido pelo nacionalista e secular líder turco Mustafa Kemal Atatürk em 1924.

O califado é uma forma de governo centrada na figura do califa, que seria um sucessor da autoridade política do profeta Maomé, com atribuições de chefe de Estado e líder político do mundo islâmico.

Mundo Árabe e Oriente Médio

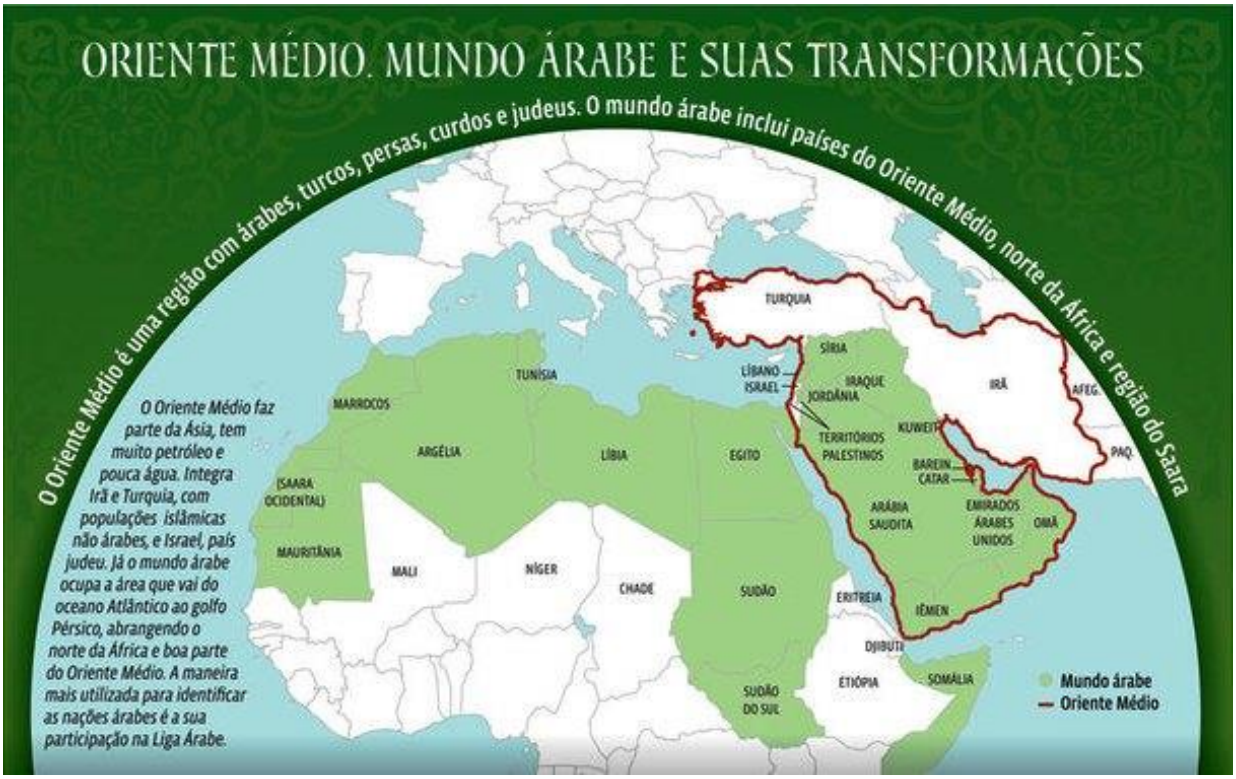
A civilização árabe tem origem na península Arábica. No século VII, as tribos da região unificaram-se em torno da língua árabe e do Islamismo. A partir da unificação, os árabes formaram um vasto império que se expandiu até a Índia, o norte da África e a península Ibérica, com apogeu em 750 d.C. O mundo árabe ocupa a área que vai do oceano Atlântico ao golfo Pérsico, abrangendo o norte da África e boa parte do Oriente Médio (veja no mapa a seguir).

Os contornos dos atuais países existentes no mundo árabe são, até certo ponto, arbitrários e resultam do domínio das potências estrangeiras sobre a região no início do século XX. Com fortes interesses no controle das grandes reservas de petróleo, governos estrangeiros negociaram a independência de suas colônias ou áreas sob seu controle para que fossem governadas por aliados ou colaboradores.

O Oriente Médio não deve ser confundido com o mundo árabe. É uma região que faz parte da Ásia, tem muito petróleo e pouca água. Integra Irã e Turquia, com populações islâmicas não árabes, e Israel, país judeu. Os curdos habitam vários países do Oriente Médio, região onde também vivem várias minorias, como os assírios e os caldeus.

Mas não é em todo o Oriente Médio que há petróleo. O óleo está bastante concentrado em reservas na região do Golfo Pérsico e na Mesopotâmia.

Irã e Arábia Saudita são rivais, disputam hegemonia e influência no Oriente Médio. Possuem diferenças étnicas e religiosas: os iranianos são persas e muçulmanos xiitas, os árabes são sunitas. Essas diferenças fazem com que apoiem governos e grupos armados de acordo com a orientação religiosa de cada país. Como exemplo, temos a Síria, onde o Irã apoia o governo do xiita Assad e a Arábia Saudita apoia grupos rebeldes sunitas, e também o Iêmen, onde o Irã apoia os houthis (xiitas) e a Arábia Saudita grupos sunitas ligados ao ex-presidente Hadi.



3 – A Primavera Árabe

Em 2011, o mundo árabe se viu diante de uma série de revoltas populares, que ficaram conhecidas como Primavera Árabe, em alusão à Primavera de Praga. O palco dos conflitos foi a África do Norte e o Oriente Médio, região formada por países de maioria árabe e muçulmana. As revoltas ocorreram em países com regimes autoritários e tiveram como resultado a deposição dos ditadores da **Tunísia**, **Egito**, **Líbia** e **Iêmen**. Na **Síria**, a revolta se transformou em uma sangrenta **guerra civil**.

A Tunísia foi onde se iniciou a Primavera Árabe, com a Revolução de Jasmim, sendo o único país em que a revolta popular alcançou o objetivo da democracia. Nos demais países onde os ditadores foram derrubados – Egito, Líbia e Iêmen – a Primavera se transformou num tenebroso "Inverno Árabe", além da Síria, que descambou para a guerra civil.

4 – O fundamentalismo Islâmico

Ainda que o fundamentalismo esteja atualmente muito associado aos islâmicos, grupos fundamentalistas existem em todas as religiões. Os agrupamentos políticos fundamentalistas buscam impor seus dogmas religiosos como base da organização do Estado e da sociedade. É uma posição obscurantista, que recusa a democracia e se opõe à perspectiva secular adotada desde a Revolução Francesa (1789), quando os negócios de Estado se separaram das convicções religiosas.

A enorme maioria dos adeptos da religião islâmica é constituída por pessoas comuns que professam uma crença religiosa. Por isso é um erro grave, que tem origem em preconceito religioso ou social, associar grupos terroristas que dizem agir em nome do Islamismo com os hábitos e crenças das populações muçulmanas em geral.

O fundamentalismo islâmico é contrário ao Estado democrático e laico, e sua perspectiva é a do Estado teocrático, como no Irã, onde o chefe do Estado é o líder religioso supremo, o aiatolá. Defendem a implantação da **Sharia** – o conjunto de leis e códigos de conduta extraídos do livro sagrado, o **Alcorão**, e da **Suna** (obra que narra a vida e os caminhos de Maomé), como lei, rejeitando o princípio da separação entre religião e Estado.

O fundamentalismo islâmico é a fonte inspiradora de vários grupos armados e terroristas do mundo islâmico, que lutam pela tomada do poder nos países em que atuam. Os mais conhecidos são a Al-Qaeda, o Estado Islâmico e o Boko Haram.

Al Qaeda

O saudita Osama bin Laden fundou a Al-Qaeda em 1988, no Afeganistão, quando lutava ao lado dos guerrilheiros islâmicos contra a ocupação soviética, com equipamentos e recursos vindos das potências ocidentais, principalmente dos Estados Unidos. Mas, após a Guerra do Golfo, em 1990, quando tropas lideradas pelos EUA atacaram o Iraque, a jihad (guerra santa) da Al-Qaeda passa a ter como inimigo o Ocidente, em especial os Estados Unidos, devido à sua crescente presença militar no Oriente Médio.

Na década de 1990, Bin Laden foi responsabilizado por vários ataques terroristas a alvos norte-americanos, até realizar o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, contra os EUA. Então, Bin Laden ganhou fama mundial. Vários grupos anunciaram sua ligação com a Al-Qaeda, o que permitiu ao grupo expandir seu alcance para se tornar uma rede terrorista com ramificações internacionais.

Na última década, porém, a Al-Qaeda Central (AQC), no Afeganistão e no Paquistão, foi duramente atingida pelas ações militares dos EUA. O trabalho de espionagem e os ataques com drones mataram seus líderes e reduziram sua capacidade de ação e comunicação com as “filiais”. A morte de Bin Laden por uma equipe da Marinha dos EUA, em 2011, enfraqueceu o grupo.

Estado Islâmico

A origem do Estado Islâmico está na invasão do Iraque pelos Estados Unidos, em 2003. Naquele ano, foi fundada a “Al Qaeda no Iraque”, para lutar contra a invasão norte-americana no país.

O grupo espalhou o terror contra as forças de ocupação e os xiitas, até ser praticamente aniquilado após a morte de seu comandante, Abu Musab al-Zarqawi, em 2006. Rebatizado Estado Islâmico do Iraque (EII), o grupo renasceu a partir de 2010 sob um novo líder, Abu Bakr al-Baghdadi.

O vácuo de segurança criado pela retirada militar dos EUA, o clima de revolta dos sunitas com o governo pró-xiita do Iraque e o caos da guerra civil síria criaram condições para que o EI prosperasse. Ao expandir as atividades para a Síria, onde infiltrou militantes para abocanhar dinheiro e armas, recrutar guerrilheiros e instalar bases, em 2013, o grupo mudou o nome para Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL). E, após dominar territórios no norte da Síria e do Iraque, o grupo anunciou a criação de um Califado, em junho de 2014, autodenominando-se Estado Islâmico (EI).

O Califado é uma referência aos antigos impérios islâmicos surgidos após a morte de Maomé, que seguiam rigorosamente a Sharia, a lei islâmica – dos quais o mais notório é o Império Árabe. O califa, considerado sucessor do profeta, é a autoridade política e religiosa máxima. Al-Baghdadi foi proclamado o califa do EI.

O grupo se expandiu conquistando territórios no Iraque e na Síria, e consolidou-se como a mais poderosa organização extremista islâmica em atividade.

Nas áreas que conquistou, o EI assumiu o controle sobre bases militares, bancos, hidrelétricas e campos de petróleo e instaurou um governo próprio, com ministérios, cortes islâmicas e aparato de segurança. A cobrança de taxas e impostos, junto com a venda ilegal de petróleo, os sequestros e as extorsões, garantiam ao grupo recursos para se autofinanciar.

No plano social, o código moral é severo. Um traço marcante do EI é o emprego de táticas tão bárbaras que até a Al-Qaeda o renegou. O grupo promoveu execuções em massa, às vezes contra comunidades inteiras, e mortes coletivas por crucificação, decapitação e enforcamento. Além de ser uma estratégia de guerra, visando submeter populações locais pelo terror, a violência indiscriminada, também direcionada aos “infiéis” (minorias étnicas e religiosas e ocidentais), constituiu-se numa mensagem poderosa para atrair muçulmanos desiludidos de todas as partes do mundo, inclusive do Ocidente, que passaram a lutar em suas fileiras e aniquilar inimigos do islã com a promessa da salvação.

Mais de 30 grupos extremistas islâmicos sunitas de vários países da África e Ásia juraram lealdade ao autoproclamado califa do Estado Islâmico. Esses grupos cometeram uma série de atentados terroristas, principalmente na Líbia, na Tunísia, no Egito, no Iêmen e no Afeganistão.

O Estado Islâmico também se notabilizou pela destruição de esculturas, monumentos, palácios e templos do patrimônio cultural e arqueológico de cidades históricas do Iraque e da Síria, nas áreas conquistadas. O EI justificou a destruição dizendo que as obras cultuavam outras divindades e por isso eram demoníacas, ferindo, portanto, os princípios do Islã.

O EI é bastante ativo na internet. Utiliza intensamente a web para divulgar suas atividades, recrutar novos combatentes e invadir sites de organizações governamentais e privadas.

Os métodos, as práticas e as mensagens dessa organização causaram grande perplexidade no mundo e o EI passou a ser combatido por forças regionais e locais, apoiadas pelos Estados Unidos e outros países. Aos poucos foi perdendo as vastas áreas territoriais que tinha conquistado no Iraque e na Síria. Na atualidade, não controla mais nenhum território, nenhuma cidade, foi praticamente extinto enquanto força militar e política nesses dois países.

Com o revés em combates no terreno, o Estado Islâmico passou a realizar atentados terroristas em vários países europeus e nos Estados Unidos. A grande maioria desses atos terroristas foram realizados pelos chamados “lobos solitários”, nome dado a terroristas que, autonomamente, perpetram atentados individuais, menos letais, mas mais difíceis de serem detectados pelas forças de segurança. Geralmente são pessoas que, quando se radicalizaram, residiam no país em que cometeram o atentado. Ou eram nascidos no país, portanto, nacionais, ou residiam legalmente no país. Não são terroristas que foram treinados pelos Estado Islâmico em seus campos de treinamento.

Exemplos de atentados com estas características são os seguintes: roubo de caminhões ou van; atropelamento de pessoas em lugares movimentados na cidade onde cometeram o atentado; ou, ainda, ataque e morte de pessoas a facadas.

Muitos combatentes do Estado Islâmico, que combateram na Síria e no Iraque, que eram provenientes de outros países, com a derrota do grupo, retornaram para os seus países, deixando uma preocupação de que possam fomentar o terrorismo, o radicalismo e cometerem atentados terroristas nesses países.

Um exemplo disso seriam os atentados terroristas de 21 de abril de 2019, domingo de Páscoa, no Sri Lanka, um país da Ásia. Bombas explodiram em hotéis de luxo e três igrejas católicas deixando pelo menos 359 mortos e mais de 500 feridos. Para o governo do país os atentados foram realizados por um grupo islâmico local. Porém, devido a sofisticação dos ataques teriam recebido ajuda externa na sua preparação. O Estado Islâmico reivindicou a autoria dos atentados terroristas.

Abu Bakr al-Baghdadi, morreu durante uma operação militar dos Estados Unidos, na província de Idlib, no noroeste da Síria, em 27 de outubro de 2019. Baghdadi fugiu por um túnel no imóvel onde se encontrava, sendo perseguido por cachorros, encurralado explodiu um colete. Parte do túnel desabou. Três crianças que estavam com ele, também morreram.

Boko Haram

Boko Haram significa “educação ocidental é pecado”. Atua na Nigéria e realiza incursões no Chade, Níger e Camarões. Criado em 2002, na Nigéria, desde 2009 pratica atos de violência com o objetivo de impor nesse país uma versão mais radical da Sharia (a lei islâmica), que veta a adoção de vários aspectos da cultura ocidental, como a educação laica. A maioria dos muçulmanos não concorda com essa visão do grupo. O Boko Haram, que era aliado da rede terrorista Al-Qaeda, vinculou-se em 2015 ao Estado Islâmico.

Al-Shabaab

Al-Shabab significa, em árabe, 'A Juventude'. Fundado em 2004, o grupo é filiado à rede Al-Qaeda e atua na Somália. A partir de 2013, o grupo passou a ser mais conhecido em função do atentado que cometeu em um shopping center em Nairóbi, capital do Quênia.

Nas áreas sobre seu controle, impôs uma versão rígida da sharia (lei islâmica), desde o apedrejamento até a morte das mulheres acusadas de adultério, passando pela amputação dos acusados de roubo.

Desde 2007, uma força de paz composta por vários países da União Africana (UA) atua ao lado de forças do governo somali no combate ao Al-Shabaab, o que tem imposto várias derrotas e enfraquecido a milícia.

Taleban

Também chamado de Talibã, Talebã ou Taliban, são muçulmanos sunitas. O grupo surgiu no Paquistão, atuando, além desse país, no Afeganistão. Estiveram no poder no Afeganistão, onde governaram o país de 1996 a 2001.

Após os atentados de setembro de 2001, nos Estados Unidos, foram acusados de dar proteção a Osama Bin Laden, que se escondia no Afeganistão. Os norte-americanos lideraram uma força internacional que combateu a milícia e os retirou do poder.

Apesar disso, o Taleban existe até hoje, controla territórios no Afeganistão e realiza bárbaros atentados terroristas no país.

5 – O terrorismo

O **terrorismo** é o uso de violência física ou psicológica, por meio de ataques localizados a elementos ou instalações de um governo ou da população governada, de modo a incutir medo, terror, e, assim, obter efeitos psicológicos que ultrapassem largamente o círculo das vítimas, alargando-se para a população do território.

Contudo, não há uma definição ou conceito único de terrorismo. A Organização das Nações Unidas, por exemplo, define o terrorismo da seguinte forma:

“Atos criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral […]".

(Declaração sobre Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional - Resolução nº 49/60 da Assembleia Geral).

Dessa forma, de acordo com a definição ONU, para que se possa diferenciar uma ação terrorista de outras ações violentas, é preciso analisar o contexto geral em que tal ação foi tomada. Geralmente, terroristas não têm como finalidade atingir as vítimas diretas de seus ataques. O que realmente importa é que o ato seja chocante o suficiente para aterrorizar o resto da sociedade, movimentando a imprensa, as redes sociais e os órgãos governamentais.

No final das contas, um ato terrorista serve como uma vitrine para grupos terroristas se promoverem, mostrarem força e desafiarem seus inimigos. O grupo terrorista consegue, dessa forma, chamar atenção para suas causas políticas, que geralmente são bastante radicais.

De maneira semelhante, o governo dos Estados Unidos também traz uma definição explícita do considera terrorismo: “[…] violência premeditada e politicamente motivada, perpetrada contra alvos não-combatentes e praticada por grupos ou agentes clandestinos, normalmente com a intenção de influenciar um público”. Ou seja, os ataques terroristas teriam alguns fatores em comum, que seriam:

Premeditação: são planejados previamente pelos seus perpetradores;

Fim político: o grupo pretende causar algum efeito político, como motivar governantes a fazerem ou deixarem de fazer alguma coisa;

Vítimas são civis: atos terroristas não acontecem em campo de batalha, onde conflito e violência já são esperados; o terrorismo ocorre de maneira inadvertida em espaços públicos de grande circulação (prédios, praças, shoppings, voos comerciais, aeroportos, boates etc.);

Grupos são clandestinos: os grupos políticos que realizam ataques terroristas existem sem reconhecimento e respaldo legal: não são partidos políticos, entidades governamentais, intergovernamentais. Normalmente são grupos que procuram justamente derrubar governos ou até mesmo a ordem internacional;

Objetivo é obter audiência: o ato terrorista serve tanto para aterrorizar a população quanto para convencer outras a aderirem às causas do grupo.

Outra forma de terrorismo é o **terrorismo de Estado**, que consiste em um regime de violência instaurado por um governo, em que o grupo político que detém o poder se utiliza do terror como instrumento de governabilidade. Caracteriza-se pelo uso da máquina de repressão do Estado como organização criminosa, restringindo os direitos humanos e as liberdades individuais.

Na segunda metade do século XX, em muitos países da América Latina, chegaram ao poder ditaduras militares que estabeleceram regimes de exceção com restrições democráticas aos direitos humanos e às liberdades individuais. Contra esses regimes, levantaram-se oposições civis e grupos armados. Como método de dissuasão e combate às oposições, os regimes autoritários muitas vezes se utilizaram do terrorismo de Estado. Alguns especialistas apresentam como exemplo de terrorismo de Estado a atuação do DOPS durante a ditadura militar brasileira, cuja tortura e acúmulo sistemático de informações sobre cidadãos considerados suspeitos de subversão potencializaram um processo de terror.

Por outro lado, a segunda metade do século XX também foi pródiga no surgimento e na atuação de grupos guerrilheiros e terroristas na América Latina que utilizavam métodos violentos – como sequestros, assassinatos e atentados à bomba - para o enfrentamento aos governos que se opunham.

Historicamente, atos que seriam tidos como terroristas foram considerados heroicos quando associados à luta contra a opressão ou pela libertação nacional. É o caso da Resistência Francesa, que lutou contra a ocupação nazista na II Guerra Mundial (1939-1945).

A retórica da "guerra ao terror" do ex-presidente norte-americano George W. Bush levou muitos a associarem o terrorismo ao islamismo. Na verdade, há **grupos fundamentalistas** em todas as religiões. São os que enxergam nos textos sagrados de sua crença a orientação para a organização do Estado e da sociedade. É uma posição que recusa a democracia e se opõe à perspectiva adotada pela Revolução Francesa (1789) de separação entre religião e Estado.

O **terrorismo islâmico** é uma forma de terrorismo religioso cometido por extremistas islâmicos. Fundamenta-se numa leitura dogmática e literal de trechos do Alcorão, o livro sagrado do Islã. São grupos armados que não contam com o apoio e a adesão da maioria da população islâmica. É um erro associar mecanicamente o Islã ao fenômeno do terror político contemporâneo.

O fundamentalismo islâmico é a fonte inspiradora de vários grupos armados do mundo islâmico, que lutam pela tomada do poder nos países em que atuam. Os mais conhecidos são a Al-Qaeda, o Estado Islâmico e o Boko Haram.

O terrorismo, por definição e por sua própria natureza, não aceita o contrário e, em vez de assumir o confronto de ideias, parte para a eliminação do adversário, considerado como um inimigo irreconciliável. Os valores democráticos caracterizam-se como o oposto dessa visão autoritária e estreita do terrorismo.

Na esfera internacional e no âmbito interno dos países, o terrorismo pode ser combatido pelo uso rigoroso e firme de mecanismos legais de repressão e pela cooperação internacional.

O uso de mecanismo legais de repressão deve ocorrer no âmbito do estado de direito, com a preservação de direitos humanos e democráticos da população dos países. A cooperação internacional propicia a realização de um esforço conjunto entre países e organismos internacionais, com vistas ao aperfeiçoamento dos mecanismos de segurança e inteligência internacional, para que se tenham melhores condições de êxito na luta contra o terrorismo.

Por fim, cabe destacar o papel da opinião pública, que, por diversas formas, tem se posicionado frontalmente contrária às ideias, atos e atitudes de organizações terroristas.

6 – A questão Israel-Palestina

A Palestina, uma região historicamente disputada, corresponde aos territórios do Estado de Israel, Cisjordânia e Faixa de Gaza. Conforme a tradição Bíblica, os judeus chegam a Canaã em 2000 a.C. As duas diásporas judaicas (expulsões forçadas) levaram o povo judeu a se espalhar pelo mundo. Geralmente se atribui o início da primeira diáspora judaica ao ano de 586 a.C., quando o Imperador Nabucodonosor, da Babilônia, destrói Jerusalém e deporta os judeus para a Mesopotâmia. A segunda diáspora judaica, ocorre em 70 d.C, quando o general romano Tito destrói Jerusalém, fazendo com que os judeus se espalhem pela Ásia, Europa e África. Os árabes chegam depois, vão ocupar a Palestina em 636 d.C.

O Estado de Israel tem sua origem no sionismo (de Sion, colina da antiga Jerusalém), movimento surgido na Europa no século XIX, com objetivo de criar uma pátria para o povo judeu. Colonos judeus da Europa Central e Oriental, onde o antissemitismo (discriminação contra os judeus) era mais intenso, instalaram-se na Palestina, que tinha então população majoritariamente árabe.

O apoio internacional à criação de um Estado judaico aumentou depois da II Guerra Mundial, ao ser revelado o genocídio de cerca de 6 milhões de judeus nos campos de extermínio nazistas, o Holocausto. Em 1947, a Organização das Nações Unidas aprovou a partilha da Palestina em dois Estados – um para os judeus, com 53% do território, outro para os árabes, com 47%. A cidade de Jerusalém permaneceria sob administração internacional. Estes últimos rejeitaram o plano.

Em 14 de maio de 1948, foi criado o Estado de Israel. Imediatamente, cinco países árabes – Egito, Síria, Transjordânia (atual Jordânia), Iraque e Líbano – enviaram tropas para impedir sua fundação. Com o respaldo dos Estados Unidos e da União Soviética, Israel conseguiu derrotar esses exércitos, e a guerra se encerrou com um armistício assinado em janeiro de 1949.

O novo Estado ampliou seus domínios em relação às fronteiras originais aprovadas pela ONU. Com a vitória, Israel passou a ocupar 75% da Palestina, e mais de 700 mil árabes palestinos foram expulsos. Esses acontecimentos são lembrados até hoje por eles como a *nakba*, palavra árabe que significa "catástrofe".

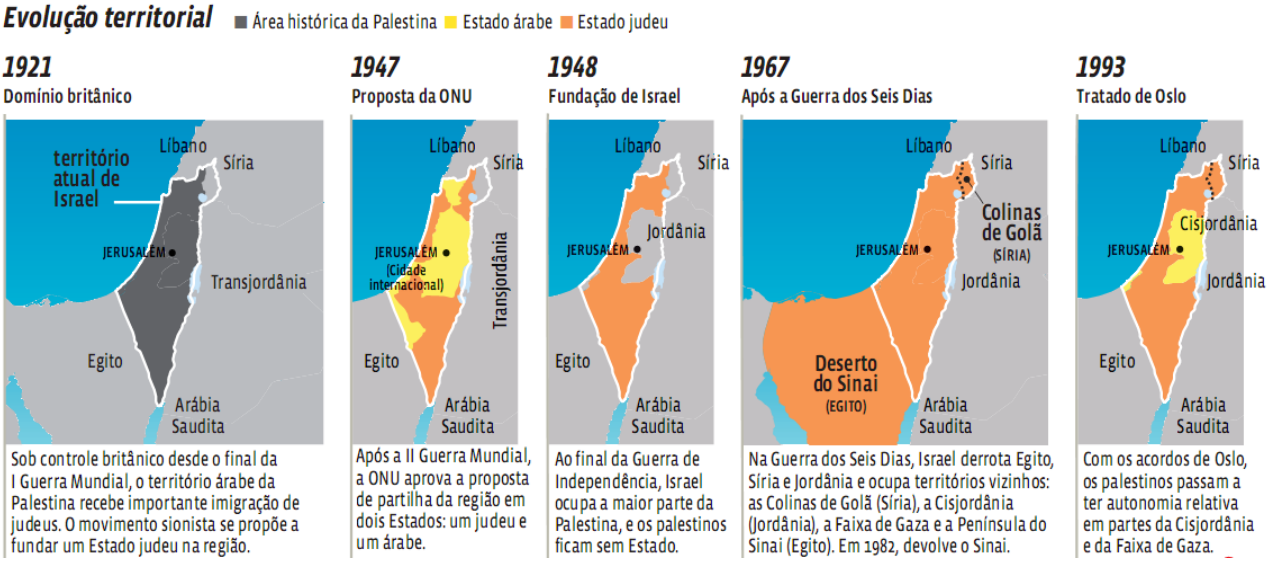
Ao fim da guerra, além da expansão de Israel, o Egito havia ocupado a Faixa de Gaza e a Transjordânia anexara Jerusalém Oriental e Cisjordânia (o nome do país passou a ser Jordânia). Com isso, os palestinos ficaram sem território, tornando-se refugiados na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e nos países árabes vizinhos, ou migrando para longe.

Em 1967, diante da aliança militar entre Egito, Síria e Jordânia, Israel, fortemente armado pelos EUA, atacou os três países na Guerra dos Seis Dias. Passou, então, a controlar a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, a Faixa de Gaza e a Península do Sinai (que seria devolvida ao Egito em 1982), além das Colinas de Golã, território da Síria ocupado até hoje.

A população árabe-palestina passou a lutar pela configuração de novas fronteiras e pelo reconhecimento de um Estado palestino independente. Em 1964, exilados no Líbano fundaram a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Em 1988, autoproclamaram seu Estado com o nome de Autoridade Nacional Palestina (ANP).

Depois de muitas guerras e duas intifadas (rebeliões palestinas), os acordos de paz assinados entre os países afirmaram a autonomia dos palestinos na Faixa de Gaza e em parte da Cisjordânia.

Os Acordos de Oslo (1993-1995), assinados entre palestinos e israelenses, com mediação dos EUA, traçaram a meta de dois Estados: um judeu (Israel) e um palestino, formado pela Faixa de Gaza e pela Cisjordânia, ambas ocupadas pelos israelenses em 1967. Definiram ainda a criação da Autoridade Nacional Palestina, como embrião do futuro Estado.



Nos primeiros anos, após a assinatura dos Acordos, houve alguns avanços na sua implementação. Posteriormente, a situação voltou a se deteriorar e a implementação dos Acordos de Oslo não se viabilizaram mais, havendo, inclusive, retrocessos.

O Estado palestino independente ainda não se concretizou e os palestinos estão separados, de Israel e entre si, em 21 enclaves. Essa situação perturbou todas as atividades econômicas, pois, decorridos mais de 70 anos, os territórios palestinos ocupados apresentam grande deterioração econômica e baixa qualidade de vida.

Apesar de ter sido considerado ilegal pela Assembleia Geral da ONU, **Israel construiu um muro na Cisjordânia com mais de 9 metros de altura, controlando a entrada de não judeus em território israelense**. Esse paredão restringe o direito de ir e vir, anexa áreas palestinas a Israel e impede a circulação normal de pessoas na cidade de Jerusalém.

Atualmente, os palestinos do Hamas (grupo mais radical, com um braço armado, fortemente hostil a Israel) controlam a faixa de Gaza, enquanto a Autoridade Palestina (menos refratária ao Ocidente e a acordos de paz com Israel) domina partes da Cisjordânia, entre elas a cidade de Belém.

Desde 1967, Israel implanta **colônias judaicas na Cisjordânia**, onde hoje vivem cerca de 500 mil judeus em mais de cem assentamentos, em meio a 3 milhões de palestinos. Israel também tem instalado **colônias judaicas no setor oriental de Jerusalém** para justificar a sua soberania sobre a área. Colonos israelenses instalam-se, expulsam os palestinos e formam povoações. **Os palestinos consideram inaceitáveis a continuidade, a ampliação dos assentamentos e o confisco de suas terras na região**.

Ponto de honra para os árabes nas negociações é o **direito ao retorno dos palestinos expulsos de Israel e seus descendentes pelas guerras** de 1948 e dos Seis Dias (1967). O governo israelense não aceita sequer debater a sua volta, pois o eventual regresso colocaria em xeque a própria existência de Israel tal como é hoje.

São mais de 5 milhões de pessoas que vivem de forma precária em campos de refugiados superpovoados. Segundo a ONU, é o maior contingente de refugiados do mundo. Os países árabes onde se situam os campos mal garantem o mínimo para sua sobrevivência. Os palestinos continuam reivindicando o retorno às antigas casas e a devolução de suas posses, mas Israel resiste em aceitar a ideia.

A questão demográfica preocupa o país, pois o número de palestinos residentes em Israel e nos territórios palestinos somados já ultrapassou o número de judeus israelenses.

Em 2012, a ONU concedeu à Palestina a condição de "Estado observador não membro". Mais de 140 Estados, inclusive o Brasil, reconhecem o Estado da Palestina.

A questão de Jerusalém

Jerusalém é uma cidade sagrada para as três grandes religiões monoteístas do mundo: cristianismo, islamismo e judaísmo. Na parte oriental está a cidade velha que abriga o Muro das Lamentações (ruínas do antigo Templo de Salomão), local sagrado do Judaísmo; a Esplanada das Mesquitas, onde se localizam a mesquita de Al-Aqsa e o Domo da Rocha e a Igreja do Santo Sepulcro (local onde Jesus Cristo teria sido crucificado, sepultado e ressuscitado).

Segundo a tradição islâmica, na noite da destinação, Maomé foi transportado de Meca para Jerusalém, no local onde se encontra o Domo da Rocha, ascendeu aos céus, conversou com os profetas e recebeu o Alcorão. Desceu novamente ao local onde se encontra o Domo da Rocha, foi transportado para Meca e ali anunciou

a nova religião. Isso faz de Jerusalém, a terceira cidade mais sagrada para o Islamismo, atrás de Meca e de Medina, na Arábia Saudita.

Os judeus denominam a Esplanada das Mesquitas de Monte do Templo, pois elas foram construídas exatamente no local onde se situava o antigo Templo de Salomão.

Após a partilha da Palestina, pela ONU, em 1948, Jerusalém foi colocada sob administração internacional. Na guerra da independência, Israel conquistou a parte ocidental da cidade. A parte oriental ficou sob o controle da Jordânia.

Em 1967, na Guerra dos Seis Dias, Israel conquistou a parte oriental da cidade. Em Jerusalém estão sediados os poderes executivo, legislativo e judiciário de Israel, que a considera como a capital eterna e indivisível dos judeus.

A ONU considera que Israel ocupa ilegalmente a totalidade de Jerusalém e orienta que nenhum país instale a sua embaixada na cidade. Os **palestinos** consideram **Jerusalém como a capital de um futuro Estado próprio, reivindicando para isso a parte oriental da cidade**.

Em dezembro de 2017, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reconheceu Jerusalém como capital de Israel e anunciou a transferência da embaixada americana de Tel Aviv, primeira capital israelense, para a cidade. A decisão dos Estados Unidos levou a muitas manifestações contrárias da comunidade internacional e da unanimidade dos países islâmicos. A embaixada, em Jerusalém, foi inaugurada em maio de 2018, no mesmo dia que se comemorou os 70 anos de fundação do Estado de Israel.

Além dos Estados Unidos, a Guatemala também transferiu a sua embaixada para Jerusalém, reconhecendo a cidade como capital de Israel. Em março de 2019, Romênia e Honduras reconheceram Jerusalém como capital de Israel. O primeiro anunciou a transferência da sua embaixada e o segundo a abertura de um escritório comercial na cidade.

Conflitos em 2021

No mês de maio de 2021, irrompeu uma nova série de enfrentamentos entre judeus israelenses, árabes palestinos e árabes israelenses. Foram as hostilidades mais intensas, desde o conflito de 2014, entre Israel e o Hamas. Em 2008, 2012 e 2018 também houve conflitos bélicos entre as partes.

A escalada de violência teve origem nas ameaças de despejo de famílias palestinas de Sheikh Jarrah, um bairro onde vive população de maioria árabe, ao lado dos muros da Cidade Velha de Jerusalém.

Uma decisão do judiciário israelense deu ganho de causa para que judeus possam reivindicar a posse de imóveis que ficam nesse bairro e que eram de propriedade de seus familiares antes da guerra de 1948. Ao fim da guerra, palestinos que viviam na área controlada por Israel foram expulsos e realocados na Cisjordânia. O inverso ocorreu com judeus israelenses que vivam em Jerusalém oriental. Ocorre, que o mesmo direito não é concedido para familiares de palestinos que foram expulsos de suas propriedades onde hoje é Israel.

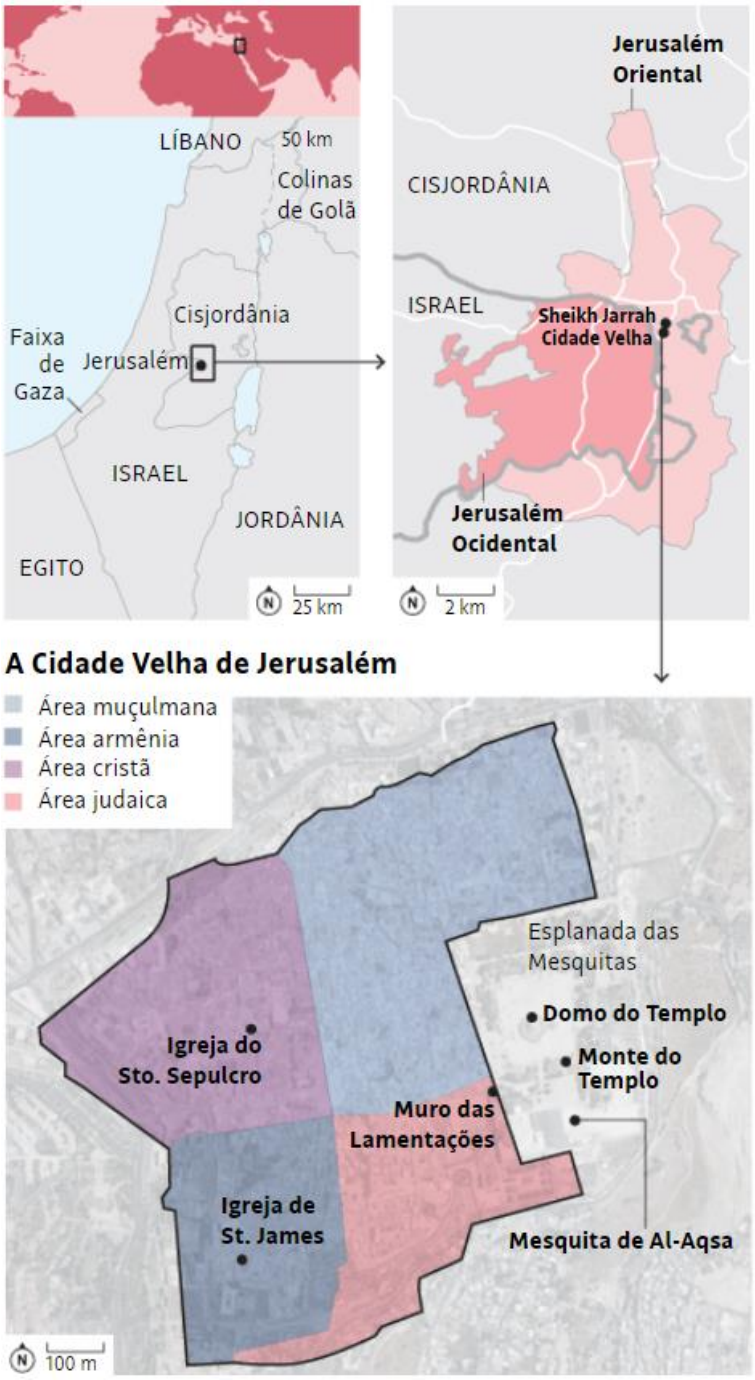
Somado a isso, houve a severa vigilância israelense dos palestinos durante o Ramadã, o mês sagrado dos muçulmanos. Foram usados spray de pimenta e granadas de choque dentro da Mesquita de Al-Aqsa.

O Hamas emitiu um ultimato incomum a Israel para remover suas forças da Esplanada das Mesquitas e de Sheikh Jarrah. Israel não acatou a ordem, e o Hamas iniciou, então, o disparo de foguetes contra Israel, que foram em grande parte interceptados pelo poderoso sistema antimísseis israelense, chamado Domo de Ferro.

Em resposta, o Exército israelense intensificou suas operações contra as infraestruturas das milícias do Hamas e da Jihad Islâmica com fogo de artilharia desde a fronteira com a Faixa de Gaza e o bombardeio de seus aviões. Nos dias seguintes, novas ações militares foram realizadas por ambos lados.

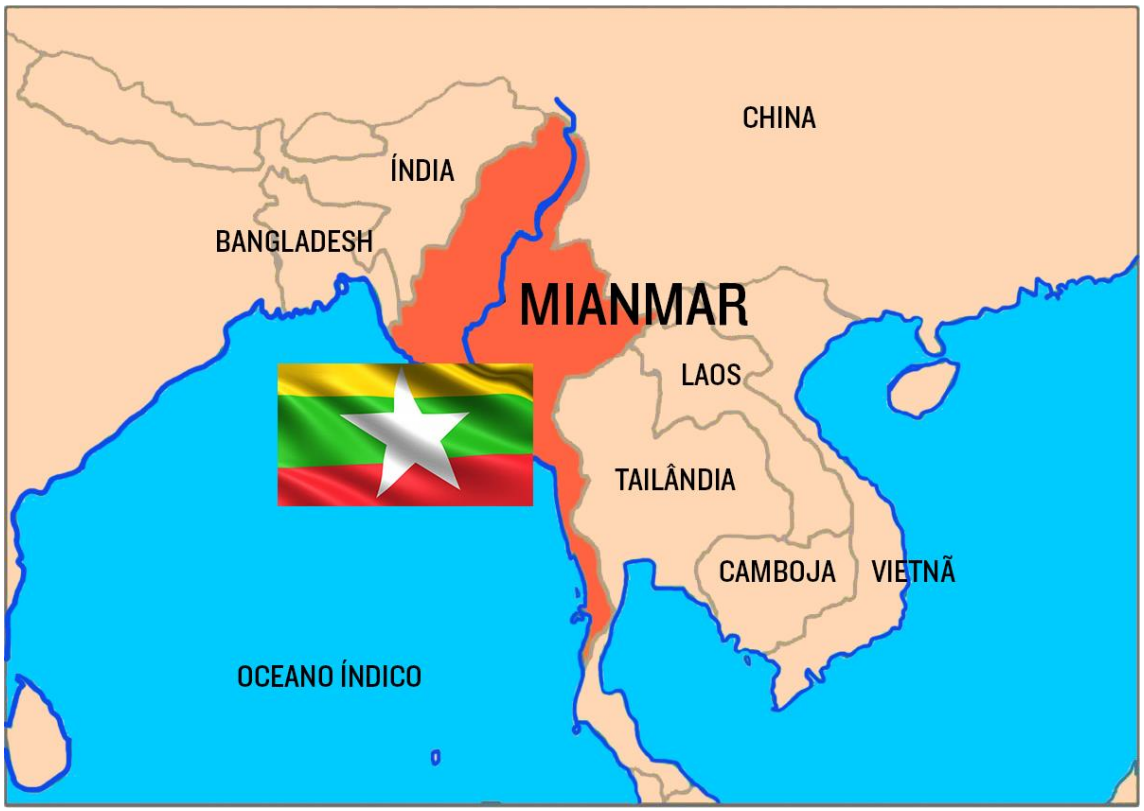
Árabes israelenses também protestaram em cidades israelenses onde compõem uma minoria significativa. Houve episódios de violência, repressão policial e conflitos com protestos de judeus. As manifestações se espalharam por cidades da Cisjordânia.

Após 11 dias de conflito, foi anunciado um cessar-fogo, que foi mediado pelo Egito. Segundo estimativas da ONU, cerca de 240 pessoas morreram durante o conflito, a maioria palestinos. Dentre esses, estão 65 crianças. A Organização também estima que 52.000 palestinos foram deslocados após os ataques aéreos destruírem ou danificarem cerca de 450 edifícios na Faixa de Gaza. Entre esses prédios, estavam 6 hospitais e 9 centros de saúde primários, bem como uma usina de dessalinização, afetando o acesso à água potável para cerca de 250 mil pessoas.



7 - Golpe Militar em Mianmar

Mianmar, antiga Birmânia, é um país localizado no sul da Ásia. Faz fronteira com a Índia, Bangladesh, Tailândia, Laos, China e o Oceano Índico.



Retirado do Guia do Estudante

No dia 1° de fevereiro, um golpe de estado derrubou o governo e deteve alguns de seus integrantes, como a líder política **Aung San Suu Kyi** e o presidente do país, Win Myint, estabelecendo, em seu lugar, um regime militar. Quem tomou o poder foi o general **Min Aung Hlaing**, chefe das forças armadas do país.

Trata-se de um golpe bastante duro, afinal, o país viveu uma longa ditadura militar, que durou de 1962 até 2011.

Os militares justificaram o golpe argumentando que as últimas eleições, realizadas em novembro de 2020, haviam sido fraudadas. No pleito, o partido **Liga Nacional pela Democracia** (**NLD**, em inglês), partido de Aung San Suu Kyi, ganhou com ampla vantagem, com mais de 80% dos votos.

Para melhor entender a situação no país asiático, vamos fazer uma breve contextualização da história recente de Mianmar.

Mianmar foi colônia britânica por mais de 100 anos, tornando-se independente em 1948, com a participação fundamental do pai de Aung San Suu Kyi, **Bogyoke Aung San**.

Passados alguns anos, em 1962, os militares tomaram o poder no país.

Na década de 1980, movimentos populares contra o regime se intensificaram. **Filha do herói da independência de Mianmar**, a visibilidade de Suu Kyi cresceu ao se apresentar como uma das principais vozes de resistência contra a repressão do regime militar. Sua presença incomodou os militares, e Suu Kyi foi colocada em prisão domiciliar em 1989.

Contudo, sua prisão funcionou como um incentivo para as lutas da população, cujas manifestações continuaram pressionando o regime. A atenção internacional crescente conferiu a ela o **Prêmio Nobel da Paz, em 1991**.

Em 2010, o regime renunciou ao poder e autorizou a realização de eleições legislativas. O ex-general Thein Sein tornou-se presidente, anunciando um abrangente programa de reformas e a abertura do país asiático.

Nas eleições seguintes, em 2015, o partido de Suu Kyi, a NLD, venceu em peso. A Constituição impedia Aung San Suu Kyi de se tornar presidente, pois seu marido era estrangeiro, então, ela assumiu o cargo de **conselheira de Estado**, criado especialmente para ela, equivalente ao de primeiro-ministro.

A vitória de Suu Kyi, uma defensora dos direitos humanos, foi muito bem vista no plano nacional e internacional, com boas expectativas. Contudo, acabou sendo sucedida de uma desilusão, pois ela não fez nada para impedir a expulsão de milhares de **rohingyas**, que estão sendo expulsos e massacrados pelo exército de Mianmar.

Em Mianmar, a maioria da população é adepta do budismo. Há também alguns grupos minoritários, dentre os quais se destacam os rohingyas, que seguem o islamismo, correspondendo a 5% da população.

Desde 2016, mais de 700 mil rohingyas fugiram do país, indo principalmente para Bangladesh, onde relataram atrocidades dos militares, incluindo massacres e estupros. A ONU classificou a situação como "limpeza étnica".

Aung San Suu Kyi só se manifestou sobre esses episódios muito tarde e de maneira reticente, o que, aos olhos de diversos ativistas dos direitos humanos e antigos apoiadores, a transformou em cúmplice dos militares. Em consequência, foram-lhe retiradas algumas condecorações e prêmios, entre os quais o da Anistia Internacional.

Mesmo fechando os olhos para a situação dos rohingyas, a sua popularidade no país é enorme, haja vista que o seu partido ganhou as eleições de 2020 com ampla vantagem.

Protestos contra o golpe

Desde o golpe do dia 1º de fevereiro, manifestações regulares têm tomado conta das ruas das principais cidades do país. Milhares de manifestantes foram detidos, incluindo jornalistas, que retratam para o mundo como o exército está respondendo de forma brutal aos protestos. Centenas de manifestantes foram mortos.

O exército estabeleceu estado de emergência, que deverá durar pelo menos um ano, e prometeu eleições limpas em troca do cargo, mas não disse quando isso ocorrerá.

A junta militar também tem bloqueado redes sociais para impedir a organização de mobilizações, ao mesmo tempo em que reformou leis para subtrair direitos fundamentais e permitir detenções arbitrárias.

A reação internacional tem sido de condenação dura à junta militar. O Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) se reuniu, um dia após o golpe, a pedido do Reino Unido, para discutir a situação. No encontro, a China bloqueou a aprovação de um comunicado condenando o golpe de estado.

QUESTÕES COMENTADAS

1. (CEBRASPE/IBGE/2021 - AGENTE DE PESQUISAS POR TELEFONE) A formação de blocos regionais que surgiram através da integração econômica se caracteriza, na verdade, como um processo, o qual, normalmente, se distingue por várias etapas. Quando tais etapas são projetadas para o âmbito social e político dão à formação do bloco a característica de união total. Internet: <trilhante.com.br> (com adaptações).

Acerca da formação e da integração econômica dos blocos regionais, assinale a opção correta.

A) Os blocos possuem o intuito de fortalecer a economia nacional e proporcionar mútua assistência, formando um mercado comum forte e competitivo no âmbito mundial.

B) A finalidade é sempre chegar a uma união aduaneira, último estágio da formação de um bloco, que permite a circulação de produtos, pessoas, bens, capitais e força de trabalho.

C) Atualmente o bloco em estágio mais avançado é a União Europeia, com destaque para o Reino Unido, sua maior potência econômica.

D) A estabilidade política e econômica do Mercosul chama a atenção do mundo para seus membros efetivos: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

E) O Brasil, devido a sua riqueza mineral e natural e seu maior parceiro comercial ser a China, faz parte do bloco regional que envolve países da Ásia e do Pacífico.

COMENTÁRIOS:

a) Correta. Os blocos possuem o intuito de fortalecer a economia nacional e proporcionar mútua assistência, formando um mercado comum forte e competitivo no âmbito mundial.

b) Incorreta. Existem diferentes estágios da integração econômica, alguns mais simples, outros, mais avançados e integrados. O último estágio é a **união econômica e monetária**, onde, além do livre-comércio, adoção de uma tarifa externa comum, livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores, os países-membros adotam uma moeda comum e a mesma política de desenvolvimento. Na união aduaneira, os países adotam somente a livre circulação de mercadorias e a tarifa externa comum.

c) Incorreta. Atualmente o bloco em estágio mais avançado é a União Europeia, que chegou ao estágio final da integração econômica, a união econômica e monetária. Contudo, o Reino Unido não faz mais parte da União Europeia. O país saiu do bloco no processo chamado de Brexit. Foi o primeiro país a deixar a União Europeia.

d) Incorreta. Não se pode dizer que há uma estabilidade econômica nos últimos anos. As duas maiores economias, mais de 90% do PIB passaram e passam por crises econômicas: Brasil e Argentina. Diferenças políticas entre os presidentes do Brasil e da Argentina têm gerado tensionamentos políticos. Assim, há uma certa instabilidade política no Mercosul. Por fim, os membros efetivos ou plenos fundadores do Mercosul são a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. A Venezuela ingressou no bloco em 2012, mas se encontra suspensa de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do Mercosul.

e) Incorreta. O bloco regional referido pela alternativa é a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec), um dos principais blocos econômicos do mundo, que conta com gigantes como Estados Unidos, China, Canadá e Austrália. O Brasil não faz parte desse bloco.

Gabarito: A

---

2. (CESGRANRIO/BASA/2021 – TÉCNICO CIENTÍFICO) As negociações entre o Reino Unido e a União Europeia sobre o pós-Brexit chegam sem definição hoje ao prazo convencionado pelo premiê Boris Johnson e pela presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, para um acerto. A três semanas da data limite, as discussões estagnadas preocupam empresas e autoridades, diante da possibilidade de haver escassez de produtos, engarrafamentos, portos bloqueados e fábricas fechadas. Desde o início da semana, federações industriais alertaram sobre o que pode ocorrer a partir de janeiro.

Empresas Reagem a Indefinição do Brexit. Jornal O Estado de São Paulo, Internacional, 13 dez. 2020, p. A11. Adaptado.

Em 1° de janeiro de 2021, o Reino Unido tomou a seguinte decisão em relação à União Europeia:

(A) manter seus representantes no Parlamento Europeu.

(B) realizar novo referendo junto aos cidadãos britânicos.

(C) deixar a condição de país-membro do bloco regional.

(D) liberar a exigência de visto para trabalhadores do bloco.

(E) adotar novas medidas para ingresso na zona do euro.

COMENTÁRIOS:

O Reino Unido já estava politicamente fora da União Europeia desde 31 de janeiro de 2020, porém, continuou seguindo as regras comerciais do bloco regional.

De 1º de fevereiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, vigorou um período de transição, no qual foi negociado pelas partes um acordo comercial específico. Em 1º de janeiro de 2021, esse acordo comercial entrou em vigor e o Reino Unido deixou de seguir as regras comerciais do bloco, estando, sob esse aspecto, também fora do bloco europeu. O país passou a ter soberania para negociar acordos comerciais específicos com outros países e blocos econômicos e estabelecer regras econômicas internas, de forma independente da União Europeia.

O comando da questão está mal formulado, já que a decisão do Reino Unido de deixar de ser membro da União Europeia foi tomada em um plebiscito, em junho de 2016. Faz parte, mas quem estudou o assunto, não errou essa questão.

Gabarito: C

---

3. (AVANÇA-SP/CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO-SP/2020 – PROCURADOR JURÍDICO) Assinale a alternativa que apresenta corretamente o nome do primeiro-ministro do Reino Unido, que foi infectado pelo Covid-19:

(A) Gordon Brown.

(B) Thomas Hamilton.

(C) Thereza May.

(D) Boris Johnson.

(E) Richard Spark.

COMENTÁRIOS:

O primeiro-ministro do Reino Unido é Boris Johnson. Ele foi infectado pelo novo coronavírus e contraiu a doença Covid-19 em abril de 2020, mas conseguiu se recuperar.

Gabarito: D

---

4. (VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA/2020 – AUXILIAR DE EDUCAÇÃO) Após a saída da União Europeia, em 31 de janeiro de 2020, a mudança, anunciada nesta quarta-feira (19.fev) pelo Ministério do Interior, é um reflexo do Brexit – uma das principais bandeiras dos partidários do "sair" desde o início do processo.

(Folha de S. Paulo – https://bit.ly/2Y7LQ3Z. Publicado em 19.fev.2020 – Acesso em 04.jun.2020. Adaptado)

A mudança

(A) estabelece novas regras de estímulo ao comércio entre o Reino Unido e os países europeus e asiáticos.

(B) estipula regras rígidas para a entrada de imigrantes europeus ou de qualquer outra região do mundo.

(C) propõe a criação de um novo bloco econômico formado apenas por países de língua e cultura inglesa.

(D) determina que as relações comerciais com Alemanha e França sejam incentivadas a partir de 2021.

(E) estabelece o status de associado aos outros países europeus recém-desligados da União Europeia.

COMENTÁRIOS:

O enunciado fala sobre uma mudança aprovada pelo Reino Unido que esteve dentre as principais bandeiras dos que defenderam a saída do país da União Europeia, no processo chamado de Brexit. Neste caso, não era necessário saber o fato específico, mas o seu contexto. Dito isto, vamos analisar as alternativas:

a) Incorreto. Invenção do examinador. Não é o que foi estabelecido pela mudança citada no fragmento da notícia que introduz a questão.

b) Correto. A questão da migração de cidadãos europeus ao Reino Unido foi um dos temas polêmicos do Brexit. Três milhões de migrantes de países do bloco do leste europeu residem e trabalham no país. O argumento utilizado pelos defensores da saída é de que esses migrantes tiram o emprego dos britânicos e têm acesso ao sistema de proteção social, prejudicando a qualidade dos serviços para os nacionais. Para os defensores do Brexit, deve-se endurecer as regras de imigração. Isso de fato ocorreu no mês de fevereiro. O Reino Unido endureceu as regras à entrada de migrantes poucos qualificados. O enunciado utiliza esse fato como base para a questão.

O novo "sistema de migração baseado em pontos" dará prioridade máxima àqueles que tiverem "as mais altas qualificações e os maiores talentos", incluindo cientistas, engenheiros e acadêmicos. Os candidatos deverão comprovar serem qualificados na área em que trabalham, seu nível de inglês, a profissão que exercem e que receberam uma proposta de emprego de uma empresa britânica que ofereça um salário anual mínimo de 25.600 libras (cerca de R$ 145.000, ou R$ 12.100 por mês).

Esse piso salarial pode ser maior, dependendo da ocupação do postulante —quanto maior o nível de qualificação, maior o valor mínimo da remuneração.

O sistema de pontos permite compensações entre alguns requisitos. Um candidato que não tenha doutorado pode substituir os dez pontos atribuídos a essa categoria por uma oferta de salário mais alta que o piso, por exemplo. No entanto, três requisitos devem obrigatoriamente ser atendidos e não podem ser compensados por pontos extras nos demais: ter fluência mínima de inglês para o trabalho que exercerá, ter recebido uma oferta de emprego e que o cargo ofertado seja compatível com o nível de qualificação. Solicitantes de baixa qualificação seguirão as mesmas regras —não haverá um processo específico para eles.

c) Incorreto. A criação de um novo bloco econômico formado apenas por países de língua e cultura inglesa não esteve entre as bandeiras em prol do Brexit. Como ideia, também nunca foi proposta e trabalhada no debate público. Invenção do examinador.

d) Incorreto. O incentivo às relações comerciais com a França e a Alemanha não esteve entre as bandeiras a favor do Brexit. O Reino Unido já realiza um significativo fluxo comercial com França e Alemanha, que figuram dentre seus principais parceiros comerciais.

e) Incorreto. Nenhum outro país saiu da União Europeia. O Reino Unido foi o primeiro. Foi uma saída inédita. Questão sem fundamento. Mais uma invenção do examinador.

Gabarito: B

---

5. (IBADE/IDAF-AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) “Brexit” é a junção das palavras em inglês “British” e “exit” e significa “saída britânica”. O termo é usado para se referir à saída

do Reino Unido da União Europeia (UE). A defesa do Brexit inclui argumentos que apontam que a saída do Reino Unido do bloco é positiva porque irá, por exemplo:

I. restringir a entrada de imigrantes no país;

II. aumentar os recursos públicos disponíveis exclusivamente para os britânicos, com o fim dos valores repassados ao EU;

III. reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados;

IV. melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países.

(G1, 13/12/2019. Disponível em: < http:// https://glo.bo/2Sr7kWz>. Adaptado)

São argumentos favoráveis ao Brexit:

(A) I e IV, apenas.

(B) I, II e III.

(C) II e III.

(D) I, II e IV.

(E) I, II, III, IV.

COMENTÁRIOS:

I - Correto. A restrição da entrada de imigrantes no país foi um dos argumentos utilizados pelos defensores do Brexit, com o argumento de que os migrantes tiravam o emprego dos britânicos e têm acesso ao sistema de proteção social do país, prejudicando a qualidade dos serviços para os nacionais.

II - Correto. A União Europeia possui um orçamento comum, para o qual cada país contribui proporcionalmente ao tamanho da sua economia. Os defensores do Brexit argumentavam que o Reino Unido enviaria mais dinheiro para a União Europeia do que recebia de volta em investimentos. Saindo do bloco europeu, sobraria mais dinheiro para ser investido no país.

III - Incorreto. Reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados, não foi um argumento utilizado pelos que defendem o Brexit. Não faria sentido ser a favor da redução de lucros de seu país. A redução dos lucros de exportação foi um dos argumentos utilizados pelos que foram contrários ao Brexit, já que o país não estará mais isento de taxas de exportação e importação no comércio com os países europeus.

IV- Correto. Melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países é um dos argumentos utilizados pelos defensores do Brexit. Os defensores da saída alegam que o crescimento da União Europeia diminuiu a importância e a soberania britânica. O país tem que seguir regulações nas áreas de economia, política, migrações, entre outras, decididas pelo bloco econômico.

Gabarito: D

LISTA DE QUESTÕES

1. (CEBRASPE/IBGE/2021 - AGENTE DE PESQUISAS POR TELEFONE) A formação de blocos regionais que surgiram através da integração econômica se caracteriza, na verdade, como um processo, o qual, normalmente, se distingue por várias etapas. Quando tais etapas são projetadas para o âmbito social e político dão à formação do bloco a característica de união total. Internet: <trilhante.com.br> (com adaptações).

Acerca da formação e da integração econômica dos blocos regionais, assinale a opção correta.

A) Os blocos possuem o intuito de fortalecer a economia nacional e proporcionar mútua assistência, formando um mercado comum forte e competitivo no âmbito mundial.

B) A finalidade é sempre chegar a uma união aduaneira, último estágio da formação de um bloco, que permite a circulação de produtos, pessoas, bens, capitais e força de trabalho.

C) Atualmente o bloco em estágio mais avançado é a União Europeia, com destaque para o Reino Unido, sua maior potência econômica.

D) A estabilidade política e econômica do Mercosul chama a atenção do mundo para seus membros efetivos: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

E) O Brasil, devido a sua riqueza mineral e natural e seu maior parceiro comercial ser a China, faz parte do bloco regional que envolve países da Ásia e do Pacífico.

2. (CESGRANRIO/BASA/2021 – TÉCNICO CIENTÍFICO) As negociações entre o Reino Unido e a União Europeia sobre o pós-Brexit chegam sem definição hoje ao prazo convencionado pelo premiê Boris Johnson e pela presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, para um acerto. A três semanas da data limite, as discussões estagnadas preocupam empresas e autoridades, diante da possibilidade de haver escassez de produtos, engarrafamentos, portos bloqueados e fábricas fechadas. Desde o início da semana, federações industriais alertaram sobre o que pode ocorrer a partir de janeiro.

Empresas Reagem a Indefinição do Brexit. Jornal O Estado de São Paulo, Internacional, 13 dez. 2020, p. A11. Adaptado.

Em 1° de janeiro de 2021, o Reino Unido tomou a seguinte decisão em relação à União Europeia:

(A) manter seus representantes no Parlamento Europeu.

(B) realizar novo referendo junto aos cidadãos britânicos.

(C) deixar a condição de país-membro do bloco regional.

(D) liberar a exigência de visto para trabalhadores do bloco.

(E) adotar novas medidas para ingresso na zona do euro.

3. (AVANÇA-SP/CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO-SP/2020 – PROCURADOR JURÍDICO) Assinale a alternativa que apresenta corretamente o nome do primeiro-ministro do Reino Unido, que foi infectado pelo Covid-19:

(A) Gordon Brown.

(B) Thomas Hamilton.

(C) Thereza May.

(D) Boris Johnson.

(E) Richard Spark.

4. (VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA/2020 – AUXILIAR DE EDUCAÇÃO) Após a saída da União Europeia, em 31 de janeiro de 2020, a mudança, anunciada nesta quarta-feira (19.fev) pelo Ministério do Interior, é um reflexo do Brexit – uma das principais bandeiras dos partidários do "sair" desde o início do processo.

(Folha de S. Paulo – https://bit.ly/2Y7LQ3Z. Publicado em 19.fev.2020 – Acesso em 04.jun.2020. Adaptado)

A mudança

(A) estabelece novas regras de estímulo ao comércio entre o Reino Unido e os países europeus e asiáticos.

(B) estipula regras rígidas para a entrada de imigrantes europeus ou de qualquer outra região do mundo.

(C) propõe a criação de um novo bloco econômico formado apenas por países de língua e cultura inglesa.

(D) determina que as relações comerciais com Alemanha e França sejam incentivadas a partir de 2021.

(E) estabelece o status de associado aos outros países europeus recém-desligados da União Europeia.

5. (IBADE/IDAF-AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) "Brexit" é a junção das palavras em inglês "British" e "exit" e significa "saída britânica". O termo é usado para se referir à saída do Reino Unido da União Europeia (UE). A defesa do Brexit inclui argumentos que apontam que a saída do Reino Unido do bloco é positiva porque irá, por exemplo:

I. restringir a entrada de imigrantes no país;

II. aumentar os recursos públicos disponíveis exclusivamente para os britânicos, com o fim dos valores repassados ao EU;

III. reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados;

IV. melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países.

(G1, 13/12/2019. Disponível em: < http:// https://glo.bo/2Sr7kWz>. Adaptado)

São argumentos favoráveis ao Brexit:

(A) I e IV, apenas.

(B) I, II e III.

(C) II e III.

(D) I, II e IV.

(E) I, II, III, IV.

GABARITO

1. A
2. C
3. D
4. B
5. D

RESUMO

Blocos Econômicos

A globalização ampliou largamente a formação de blocos econômicos, que são organizações criadas por países para promover a integração econômica; o crescimento econômico e a competitividade internacional dos países-membros.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- Área de livre-comércio – Um grupo de países concorda em eliminar ou reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.

- União aduaneira – Além do livre comércio, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.

- Mercado comum – Caracteriza-se pela livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e pela adoção da tarifa externa comum.

- União econômica e monetária – É o estágio final de integração econômica entre países. Além da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e a tarifa externa comum, os países-membros adotam uma **moeda comum** e a mesma política de desenvolvimento.

União Europeia

Constitui-se em uma **união econômica e monetária**, com 27 países-membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Checa, Romênia e Suécia.

O Euro, moeda comum, é adotado por 19 dos 27 países membros. Países que não adotam o euro: Bulgária, Croácia, Dinamarca, Hungria, Polônia, República Checa, Romênia e Suécia.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas.**

Espaço Schengen - zona de livre circulação de pessoas, onde os controles fronteiriços foram eliminados, exceto em circunstâncias excepcionais. Composto por 26 países e conta com 22 dos 27 membros da União Europeia (Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda não o integram), aos quais se somam outros quatro não membros (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça).

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande afluxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, que criticam regulações e decisões tomadas pelo bloco que, para eles, enfraquece a soberania nacional dos seus países. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de

seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

Brexit

Reino Unido é formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Ingressou na União Europeia em 1973, não é membro fundador. Não aderiu à moeda única.

Brexit é a abreviação das palavras "British" (britânico, em inglês) e "exit" (saída). Em plebiscito realizado no Reino Unido, em junho de 2016, **52% dos eleitores votaram por sair da União Europeia**, 48% votaram por permanecer. A vitória do sair levou à renúncia do então primeiro-ministro David Cameron. **Thereza May** assumiu como primeira-ministra.

Reino Unido e União Europeia negociaram um acordo de saída para que ela não ocorresse de forma unilateral. Saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, o que não aconteceu. Sem conseguir aprovação do acordo com o Parlamento britânico, Thereza May renunciou ao cargo de primeira-ministra.

No seu lugar, assumiu, em julho de 2019, **Boris Johnson**, que conseguiu aprovar a saída do Reino Unido da **União Europeia em 31 de janeiro de 2020, com acordo**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

Principais pontos do acordo do Brexit:

Fatura de saída do Reino Unido que terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos com a União Europeia, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu.

Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unidos e dos britânicos vivendo na União Europeia: cidadãos europeus que já estavam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus).

Fronteira entre a República da Irlanda e a britânica Irlanda do Norte: Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte. A livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira.

Período de transição: em que o Reino Unido já estava fora da União Europeia, mas que continuava seguindo as regras comerciais do bloco. Nesse período, que terminou em **31 de dezembro de 2020**, as duas partes negociaram um acordo comercial.

Pelo acordo, **o país não fará mais parte do mercado único e nem da zona de livre circulação do bloco.**

Direitos de pesca em mares britânicos: pescadores europeus continuarão a ter acesso às águas britânicas durante um período transitório, que durará até junho de 2026, podendo pescar 75% do que pescam atualmente.

Mercosul

Membros fundadores: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela ingressou no bloco em 2012 e atualmente encontra-se suspensa, com base na cláusula democrática, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma ruptura na ordem democrática do país e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

Estados associados: os demais países da América do Sul – Bolívia (em processo de adesão como Estado-Parte), Chile, Equador, Peru, Colômbia, Guiana e Suriname. Estados observadores: México e Nova Zelândia.

Possui acordos de livre comércio com Egito, Israel e Palestina. Assinou um acordo de livre comércio com a União Europeia em junho de 2019, finalizando 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos. Também assinou, em agosto de 2019, acordo de livre comércio com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco integrado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

USMCA

O **USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)** entrou em vigência em 01/07/2020 em substituição ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Esse novo acordo é uma vitória de Donald Trump, pois traz termos mais favoráveis ao Estados Unidos, em relação ao NAFTA, que o presidente considerava que era prejudicial a economia norte-americana.

Além da mudança de nome, foram feitas alterações nas áreas de comércio digital, propriedade intelectual, medicamentos e setor automotivo. O USMCA **ficará em vigor por 16 anos**, a partir do início da sua vigência, sendo revisado a cada 6 anos e passível de prorrogação.

Parceria Econômica Regional Abrangente

Maior associação comercial do mundo, formada por China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia, juntamente com os dez países que compõem a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). O acordo elimina tarifas sobre grande parte dos bens trocados entre os membros pelos próximos 20 anos.

A ideia do RCEP nasceu em 2012, com o objetivo de se opor à Parceria Transpacífica (TPP), grande bloco comercial estruturado no governo de Barack Obama, que contava com importantes países da América e Ásia. Ao assumir a presidência, Donald Trump retirou os Estados Unidos do TPP, o que inviabilizou a continuidade do bloco.

A assinatura do RCEP representa uma grande vitória para a China, que consolidará sua influência na Ásia, em detrimento dos Estados Unidos.

Islamismo

Ao lado do Cristianismo e do Judaísmo, o **Islamismo** é uma das três grandes religiões monoteístas, ou seja, que acreditam na existência de um único Deus. **Alá** (Allah, Deus em árabe). Livro sagrado: Alcorão. Seguidores da religião são conhecidos como **muçulmanos.**

Divisão em dois grandes ramos, **sunitas** e **xiitas,** remonta ao século VII e tem origem na disputa sobre a sucessão do profeta. Nos séculos seguintes, essa divisão passou a incluir também agravos e diferenças teológicas. Sunitas defendiam que o chefe do Estado mulçumano (califa) deveria reunir virtudes como honra, respeito pelas leis e capacidade de trabalho, porém, não achavam que ele deveria ser infalível ou impecável em suas ações. São a grande maioria, mais de 80% dos muçulmanos no mundo.

Xiitas defendiam que a chefia do Estado muçulmano só poderia ser ocupada por alguém que fosse descendente do profeta Maomé ou que possuísse algum vínculo de parentesco com ele. São maioria apenas no Irã, Iraque e Azerbaijão; nos dois primeiros, os presidentes são dessa ramificação. Alauítas são uma variação moderada dos xiitas, presentes, sobretudo na Síria, tendo o presidente Bashar al-Assad como um dos seus seguidores.

Mundo Árabe
Região de maioria étnica árabe e religião islâmica, remanescentes do grande Império Árabe. Sua área vai do oceano Atlântico ao golfo Pérsico, abrangendo o norte da África e boa parte do Oriente Médio.
Oriente Médio
Região que faz parte da Ásia, com muito petróleo e pouca água. Integra Irã e Turquia, com populações islâmicas não árabes, e Israel, país judeu. Os curdos habitam vários países do Oriente Médio, região onde também vivem várias minorias, como os assírios e os caldeus. Irã (persas e xiitas) e Arábia Saudita (árabes e sunitas) são rivais, disputam hegemonia e influência na região.
Primavera Árabe
Revoltas em países de população com maioria árabe e com regimes autoritários, teve como resultado a deposição dos ditadores da Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen. Na Síria, a revolta se transformou em uma sangrenta guerra civil. Tunísia é o único país em que a revolta popular alcançou o objetivo da democracia.
Fundamentalismo Islâmico
Contrário ao Estado democrático e laico, buscam o Estado teocrático, onde o chefe do Estado é o líder religioso supremo. Defende a implantação da **Sharia** – o conjunto de leis e códigos de conduta extraídos do Alcorão e da Suna. Fonte inspiradora de vários grupos armados e terroristas do mundo islâmico, que lutam pela tomada do poder nos países em que atuam, como Al-Qaeda, Estado Islâmico, Boko Haram, Al-Shabaab e Taleban. **Al Qaeda -** Fundada pelo saudita Osama bin Laden. Realizou os famosos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. A morte de Bin Laden por uma equipe da Marinha dos EUA, em 2011, enfraqueceu o grupo. **Estado Islâmico -** O Estado Islâmico chegou a conquistar vastas áreas da Síria e Iraque. Foi derrotado nesses dois países, onde praticamente não controla mais nenhum território. Realizou ataques terroristas em países europeus, nos Estados Unidos e em outros continentes. O autoproclamado califa do grupo, Abu Bakr al-Baghdadi, morreu durante uma operação militar dos Estados Unidos, na província de Idlib, na Síria, em 27 de outubro de 2019. **Boko Haram -** Boko Haram significa “educação ocidental é pecado”. Atua na Nigéria e realiza incursões no Chade, Níger e Camarões. Criado na Nigéria, pratica atos de violência com o objetivo de impor nesse país uma versão mais radical da Sharia (a lei islâmica), que veta a adoção de vários aspectos da cultura ocidental, como a educação laica. **Al-Shabaab -** Atua na Somália, é mais um grupo que realiza bárbaros atentados terroristas em nome da sua interpretação radical do Islã e da imposição de uma versão rígida da sharia. **Taleban -** Surgiu no Paquistão Estiveram no poder no Afeganistão, de 1996 a 2001. Os Estados Unidos lideraram uma força internacional que combateu a milícia e os retirou do poder. Apesar disso, o Taleban existe até hoje, controla territórios no Afeganistão e realiza bárbaros atentados terroristas no país.

Terrorismo

Constitui-se no uso de violência física ou psicológica, por meio de ataques localizados a elementos ou instalações de um governo ou da população governada, de modo a incutir medo, terror, e, assim, obter efeitos psicológicos que ultrapassem largamente o círculo das vítimas, alargando-se para a população do território.

Definição da ONU: atos criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral. Um ato terrorista serve como uma vitrine para grupos terroristas se promoverem, mostrarem força e desafiarem seus inimigos. O grupo terrorista consegue, dessa forma, chamar atenção para suas causas políticas, que geralmente são bastante radicais.

Terrorismo de Estado - regime de violência instaurado por um governo, em que o grupo político que detém o poder se utiliza do terror como instrumento de governabilidade. Repressão e restrição das liberdades individuais.

Terrorismo islâmico - terrorismo religioso cometido por extremistas islâmicos. Fundamenta-se numa leitura dogmática e literal de trechos do Alcorão, o livro sagrado do Islã.

O terrorismo, por definição e por sua própria natureza, não aceita o contrário e, em vez de assumir o confronto de ideias, parte para a eliminação do adversário, considerado como um inimigo irreconciliável. Os valores democráticos caracterizam-se como o oposto dessa visão autoritária e estreita do terrorismo.

A questão Israel-Palestina

Em 1947, a (ONU) aprovou a partilha da Palestina em dois Estados – um para os judeus, com 53% do território, outro para os árabes, com 47%.

Em 14 de maio de 1948, foi criado o Estado de Israel. Cinco países árabes – Egito, Síria, Transjordânia (atual Jordânia), Iraque e Líbano – combateram o nascente Estado judeu. Israel venceu a guerra e se expandiu territorialmente passando a ocupar 75% da Palestina. Além disso, ao fim da guerra, o Egito e a Transjordânia ocuparam às áreas palestinas. Com isso, os palestinos ficaram sem território, tornando-se refugiados na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e nos países árabes vizinhos, ou migrando para longe.

Em 1967, na Guerra dos Seis Dias, Israel passa a controlar a Cisjordânia, Jerusalém Oriental e a Faixa de Gaza. Com os palestinos deteriorados e divididos, a população árabe-palestina passou a lutar pela configuração de novas fronteiras e pelo reconhecimento de um Estado palestino independente. Em 1988, proclamaram seu Estado com o nome de Autoridade Nacional Palestina (ANP).

Depois de muitas guerras e duas intifadas (rebeliões palestinas), os acordos de paz (1993-1995) assinados entre Israel e a ANP traçaram a meta de dois Estados: um judeu (Israel) e um palestino, formado pela Faixa de Gaza e pela Cisjordânia. A implementação do acordo teve um sucesso inicial, mas fracassou posteriormente. O Estado palestino independente ainda não se concretizou e os palestinos estão separados, de Israel e entre si, em 21 enclaves que apresentam grande deterioração econômica e baixa qualidade de vida.

O Hamas controla a faixa de Gaza e a ANP, partes da Cisjordânia.

Nos últimos anos, a perspectiva de “dois Estados” é a que tem guiado as negociações de paz. Na prática, porém, não houve avanços. O atual governo israelense defende posições que os palestinos consideram inaceitáveis, como a continuidade e a ampliação dos assentamentos israelenses na Cisjordânia.

Outro problema é sobre o status da cidade de Jerusalém. Os palestinos defendem que a parte oriental da cidade, ocupada pelos israelenses desde 1967, seja a capital de seu futuro Estado. Israel não aceita essa divisão, reivindicando a cidade inteira como a sua própria capital.

Em dezembro de 2017, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reconheceu Jerusalém como capital de Israel e anunciou a transferência da embaixada americana de Tel Aviv, primeira capital israelense, para a cidade. A embaixada, em Jerusalém, foi inaugurada em maio de 2018, no mesmo dia que se comemorou os 70 anos de fundação do Estado de Israel.

Conflitos em 2021: No mês de maio de 2021, irrompeu uma nova série de enfrentamentos entre judeus israelenses, árabes palestinos e árabes israelenses. A escalada de violência teve origem nas ameaças de despejo de famílias palestinas de Sheikh Jarrah, um bairro onde vive população de maioria árabe. Somado a isso, houve a severa vigilância israelense dos palestinos durante o Ramadã, o mês sagrado dos muçulmanos. Foram usados spray de pimenta e granadas de choque dentro da Mesquita de Al-Aqsa.

O Hamas emitiu um ultimato incomum a Israel para remover suas forças da Esplanada das Mesquitas e de Sheikh Jarrah. Israel não acatou a ordem, e o Hamas iniciou, então, o disparo de foguetes contra Israel. Em resposta, o Exército israelense intensificou suas operações contra as infraestruturas das milícias do Hamas e da Jihad Islâmica. Nos dias seguintes, novas ações militares foram realizadas por ambos lados.

Após 11 dias de conflito, foi anunciado um cessar-fogo, que foi mediado pelo Egito. Segundo estimativas da ONU, cerca de 240 pessoas morreram durante o conflito, a maioria palestinos. Dentre esses, estão 65 crianças.

Golpe Militar em Mianmar

No dia 1° de fevereiro de 2021, os militares deram um golpe de estado e destituíram o governo democraticamente eleito do país. A líder política **Aung San Suu Kyi,** o presidente do país e membros do governo democrático foram presos. O golpe militar foi liderado general **Min Aung Hlaing**, chefe das forças armadas.

Trata-se de um golpe bastante duro, afinal, o país viveu uma longa ditadura militar, que durou de 1962 até 2011.

Os militares justificaram o golpe argumentando que as últimas eleições, realizadas em novembro de 2020, haviam sido fraudadas. No pleito, o partido de Aung San Suu Kyi, ganhou com ampla vantagem, com mais de 80% dos votos.

Aung San Suu Kyi era conselheira de Estado desde 2015. Defensora dos direitos humanos, ela figurou na luta contra o regime militar no país. Em 1991, recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Contudo, contra ela pesam críticas por não ter feito nada para impedir a expulsão de milhares de **rohingyas**, que estão sendo expulsos e massacrados pelo exército de Mianmar. Os rohingyas são uma minoria étnica, que segue o islamismo.

Mesmo fechando os olhos para a situação dos rohingyas, a sua popularidade no país é enorme, haja vista que o seu partido ganhou as eleições de 2020 com ampla vantagem.

A resistência ao golpe militar tem sido intensa, manifestações regulares têm tomado conta das ruas das principais cidades do país. Milhares de manifestantes foram detidos, e centenas de manifestantes foram mortos. A repressão tem sido duríssima.

A reação internacional tem sido de condenação ao golpe e a junta militar que se estabeleceu no poder.

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1.

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2.

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3.

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4.

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5.

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6.

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7.

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8.

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.